

Governo joga ajuste para o próximo presidente

Por Ribamar Oliveira | Brasília

Com a nova meta fiscal para 2017, o governo poderá aumentar os seus gastos entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões, anunciou terça-feira o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira. O déficit primário projetado para este ano poderia, portanto, ser menor se o governo mantivesse o contingenciamento dos gastos no nível definido no último decreto de programação orçamentária e financeira, editado pelo presidente Michel Temer em 28 de julho.

O governo decidiu, no entanto, ter uma folga para aumentar as despesas da máquina pública, que está com alguns de seus serviços oferecidos aos cidadãos ameaçados de paralisação ou precarização neste segundo semestre, por causa dos cortes realizados.

Em junho deste ano, as despesas discricionárias, acumuladas em 12 meses, estavam no nível de 2010. Ou seja, o corte foi feito de forma feroz. Mas o impacto no resultado fiscal muito pequeno.

Ao definir uma meta de déficit primário um pouco pior para acomodar uma elevação dos gastos, o governo deu duas indicações importantes. No caso das despesas

discricionárias, que são basicamente os gastos com custeio da máquina - mas não incluem as despesas com pessoal e nem com saúde e educação - e com investimentos, o governo considera que o corte chegou ao seu limite. E que não é possível ir além disso sem comprometer a oferta de serviços públicos.

Assim, este governo concluiu, embora tardiamente, que não é possível fazer o forte ajuste necessário para reequilibrar as contas públicas apenas com corte de despesas discricionárias, ao contrário do que alguns setores empresariais e alguns economistas de fora do governo advogaram no início do governo Temer. As despesas que crescem são obrigatórias e, para reduzi-las, é preciso mudar a legislação e até mesmo a Constituição, o que é muito mais difícil.

As novas metas fiscais sugerem também que o peso do ajuste fiscal foi jogado para o próximo governo, que será eleito em outubro do próximo ano. O déficit primário definido para o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) neste ano é igual, em termos nominais, ao resultado obtido em 2016, de R\$ 159 bilhões. O mesmo valor foi mantido para 2018. Haverá, no entanto, redução em proporção do PIB, se a economia crescer como o projetado.

O próximo governo é que terá que transformar um déficit primário de R\$ 159 bilhões, que herdará do governo Temer, em superávit primário ao longo de seus quatro anos. Não é possível saber, antecipadamente, por óbvio, o que o futuro presidente da República fará para reverter essa dramática situação fiscal.

Como é impossível aumentar o corte das despesas discricionárias, segundo o governo Temer, o novo presidente terá que propor cortes nas despesas obrigatórias. Mas como a redução desses gastos é mais lenta, tudo indica que a parte substancial do ajuste fiscal será feita com aumento das receitas, provavelmente com elevação da carga tributária.

Pela programação anunciada, o governo central ainda terá déficit primário em 2020, de R\$ 65 bilhões, algo como 0,8% do PIB. Ou seja, a União terá déficit primário substancial pelo sétimo ano seguido. Ainda não é possível saber quando as contas públicas registrarão o primeiro superávit, pois tudo dependerá das decisões que serão tomadas pelo próximo governo.

É difícil acreditar que o futuro presidente consiga reverter um déficit primário superior a 2% do PIB, que herdará do governo Temer, em um superávit primário nos três primeiros anos de seu governo. Ou seja, que já registre superávit primário em





2021. Mesmo com a recuperação da economia e, conseqüentemente, das receitas tributárias.

O fato é que a dívida pública aumentará muito por causa da nova programação de metas fiscais. O governo simplesmente aumentou o déficit previsto para este ano e para os próximos três anos. Com as mudanças, o déficit primário do governo central foi elevado, no acumulado de 2017 a 2020, em R\$ 199 bilhões - esse é o aumento do endividamento que ocorrerá no período. Se o déficit aumenta, o governo precisa pegar mais dinheiro no mercado para se financiar, ampliando a sua dívida.

Ainda não foi divulgada a nova projeção oficial para a dívida pública bruta, em proporção do PIB, até 2020. Antes da mudança das metas, a projeção era de que a dívida atingiria 77,7% do PIB em 2020. Com as novas metas, certamente a projeção vai superar 80% do PIB.

Apesar de mais flexível, meta para 2018 corre risco

Por Fabio Graner e Sergio Lamucci | De Brasília e São Paulo

Mesmo mais elástica, a obtenção da meta de R\$ 159 bilhões de déficit em 2018 não está garantida e tem riscos de ter que voltar a ser revisada, apesar do discurso público de que o objetivo foi construído para não mais ser alterado.

Boa parte do ajuste proposto depende de ajustes de despesas e receitas que precisam de aprovação do Congresso ou de elaboração técnica que pode demorar para acontecer. Contas que circularam no governo apontavam que o cenário mais realista para 2018, sem medidas de receita e despesa, seria uma meta entre R\$ 170 bilhões e R\$ 180 bilhões, curiosamente o nível que foi ventilado por políticos que defendiam um objetivo mais flexível.

Segundo fonte, um risco positivo para as contas vem da negociação da cessão onerosa. Estimativas apontam para possibilidade de ganho de dezenas de bilhões, caso o governo possa leiloar o excedente dos 5 bilhões de barris cedidos à Petrobras.

Essa possibilidade da cessão onerosa não foi incluída nas contas e, apesar de ser um risco positivo, vale lembrar que há pelo menos três anos o governo tenta fechar um acordo com a estatal, sem sucesso.

A empresa defende a tese de que no ajuste de contas teria recursos a receber do Tesouro, que, por sua vez, entende que teria direito a receber.

Se conseguir viabilizar um entendimento, o governo poderá pagar eventual diferença no contrato com a Petrobras em barris de petróleo, o que não afeta a despesa primária, e ainda realizaria leilões do que exceder os 5 bilhões e essa eventual despesa. Em 2010, a operação envolvendo a cessão onerosa rendeu cerca de R\$ 30 bilhões ao Tesouro, garantindo o cumprimento da meta fiscal, uma boa referência para o ano que vem, ainda que as estimativas não sejam precisas, diz uma fonte.

O banco Credit Suisse considera que o risco de o governo não cumprir as metas fiscais de 2017 e 2018 é significativo, mesmo depois do aumento do déficit primário previsto para este ano e para o ano que vem. Na visão dos economistas do banco, a estratégia de cortar despesas discricionárias e de manter grande dependência de medidas extraordinárias não tende a ser bem-sucedida.

Em julho, a instituição havia reduzido a sua projeção para o rombo no resultado primário de 2017 de R\$ 170 bilhões para R\$ 160 bilhões, devido ao aumento do PIS e da Cofins que incidem sobre os

combustíveis. Ainda assim, há uma possibilidade considerável de o governo não atingir o novo alvo, avalia o banco.

"A decisão do governo de propor um déficit mais alto leva a uma mudança imediata na nossa projeção para o déficit de 2018 para R\$ 159 bilhões, semelhante ao novo alvo", diz nota do departamento econômico. "Apesar disso, ainda acreditamos que os riscos de o rombo primário em 2018 ser ainda mais alto que a meta são significativos."

Na construção do Orçamento de 2018, além da revisão da meta fiscal e das iniciativas anunciadas para elevar a receita e conter a despesa, o governo trabalha com cerca de R\$ 20 bilhões de concessões em energia (elétrica e petróleo e gás) e aviação. Por ora, estão sendo incorporados à conta R\$ 6 bilhões de leilões do setor aéreo, conta que inclui a concessão do aeroporto de Congonhas, e mais R\$ 7,5 bilhões de energia, principalmente de petróleo e gás.

No caso da aviação, há esperança também de que a venda de Congonhas tenha um bom ágio, o que reforçaria o caixa federal, ajudando no cumprimento da meta.

Por outro lado, a vida do governo no Congresso está ficando mais difícil, com sinais complicados para





aprovação de reformas e outras medidas econômicas. Os ajustes do lado da receita não são tão palatáveis para um parlamento que deixou claro que não quer aumento de tributos. Ainda que a mudança nos fundos exclusivos não implique alta de alíquotas, na prática é um custo maior para o setor, que certamente atinge pessoas com influência nos parlamentares.

A elevação da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14% para quem ganha acima de R\$ 5 mil também depende dos congressistas e é mais um elemento para uma pressão muito forte de categorias com influência sobre eles e que também estarão lutando contra outras medidas, como o adiamento dos reajustes salariais.

Nesse quadro, o governo tem cerca de R\$ 20 bilhões do ajuste (receitas e despesas) que dependem da boa vontade do Congresso, sem falar nas incertezas em torno da retomada da atividade econômica, que podem prejudicar a arrecadação.

Meirelles diz que não haverá novas alterações

Por Estevão Taiar | De São Paulo

As metas de déficit primário estabelecidas são "para valer" e não serão alteradas, disse ontem o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. "É para valer, porque essa alteração foi muito diferente de outras. Se deu em função de uma queda de receita", disse a jornalistas, após visitar a redação da "Época". Como em outras ocasiões, ele defendeu que o recuo maior do que o esperado da inflação levou a uma queda da arrecadação.

Meirelles disse ainda que o governo pensará em um "projeto alternativo" se a reforma da Previdência não for aprovada, mas afirmou confiar na aprovação das mudanças, essenciais para conter o crescimento das despesas obrigatórias. "Nós teremos um problema [se a reforma não for aprovada]. Espero que passe. Vamos enfrentar essa situação, caso ela ocorra. Se ocorrer, aí sim vamos pensar em outros projetos alternativos para controlar essa evolução de despesas", disse. "É importante que passe pelo menos o escopo básico da reforma da

Previdência: a idade mínima, o período de transição."

Segundo ele, o governo não tem um plano B em mente. "Nós não temos projeto alternativo para a Previdência, a proposta é manter e passar, porque no momento em que sinalizo que pode ter propostas alternativas, minha capacidade de negociar diminui muito", disse.

O governo federal pretende enviar para o Congresso até o começo da próxima semana o projeto de lei que estabelece as novas metas fiscais, disse há pouco o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles "Esperamos enviar o mais rápido possível, senão nesta semana, no começo da próxima", Ele lembrou que, por causa dos ritos orçamentários, a proposta precisará estar no Congresso até o fim de agosto.

Meirelles negou qualquer disputa com a área política do governo a respeito do tamanho do novo déficit. "Pelo menos ninguém trouxe essas propostas de R\$ 170 bilhões ou mais para mim", afirmou. "Portanto do meu ponto de vista não houve vitória ou derrota, porque não houve esse embate."

Ministro da Fazenda "está mais forte do que nunca", afirma Eliseu Padilha

Por Andrea Jubé e Bruno Peres | De Brasília

Preocupado com a disseminação de informações sobre o enfraquecimento do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na queda de braço com a base aliada, o Palácio do Planalto entrou em campo para conter o movimento. Ontem o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, foi a público elogiar Meirelles, após um evento com o presidente Michel Temer.

Ao Valor, Padilha afirmou que Meirelles "está mais forte do que nunca". Depois, em entrevista coletiva, o chefe da Casa Civil ressaltou que o titular da Fazenda conduziu "magistralmente" as discussões sobre o ajuste fiscal.

"Ninguém sofreu desgaste", enfatizou Padilha. "Quem é que contava com a inflação que tivemos? Essa inflação impacta diretamente a arrecadação. Tivemos uma queda de arrecadação muito grande. E o ministro Meirelles teve sensibilidade para conduzir esses processo", disse. "Foram vários dias para ver quais cortes poderíamos fazer nas despesas e com quais receitas extraordinárias poderíamos contar."

Escalado por Temer, Padilha agiu para rebater a informação de que as

relações entre o presidente e Meirelles ficaram estremecidas. Isso porque o ministro deixou ganhar corpo a versão de que Temer e seu núcleo político cogitaram um déficit fiscal de R\$ 170 bilhões - muito acima dos R\$ 159 bilhões propostos pelo Ministério da Fazenda.

Segundo um auxiliar presidencial, na verdade "foi Meirelles quem fritou o palácio" ao permitiu que espalhasse a notícia de que o presidente e os ministros políticos avalizavam uma meta fiscal com folga para gastos dos parlamentares, com emendas e anistia tributária.

O mesmo auxiliar lembra que neste ano não se repetiu o embate do ano passado entre a equipe econômica e o núcleo político pela definição do déficit fiscal de 2017. Aponta que, desta vez, Padilha e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), estavam afinados com Meirelles na fixação do déficit em R\$ 159 bilhões, apesar da pressão de parlamentares por uma maior folga fiscal.

No ano passado, Padilha e Jucá contrariaram Meirelles publicamente: ambos foram ao Twitter defender um déficit de R\$ 170 bilhões para 2017, enquanto Meirelles queria os R\$ 139 bilhões - agora reajustados para R\$ 159 bilhões, devido à queda na arrecadação.

Mesmo contrariado com a postura de Meirelles, Temer avalia que o ministro agiu dessa forma motivado por interesses pessoais: primeiro, para sagrar-se novamente "vitorioso" na disputa pela definição do rombo fiscal, como defensor de uma política de maior austeridade fiscal.

Em segundo lugar, para fortalecer-se como ministro da Fazenda, pré-candidato à Presidência da República. A depender da evolução da recuperação econômica, não se descarta o nome de Meirelles como candidato do governo à sucessão. O ministro, contudo, precisará calibrar a relação com os deputados da base aliada, a quem caberá aprovar os termos do Refis e a revisão do déficit fiscal.

Em café da manhã com líderes na residência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na terça-feira, Meirelles preparou-se para defender a aprovação da reforma da Previdência. Contudo, segundo relatos de um dos presentes, foi questionado sobre mudanças no programa de refinanciamento de dívidas de empresas com a União e na meta fiscal. Os deputados continuam resistindo a avançar na discussão sobre a reforma previdenciária.

União paga mais de R\$ 13 mil a 23% dos servidores

Por Ana Conceição | De São Paulo

Quase um quarto (23%) dos servidores ativos do Executivo federal recebe salário acima de R\$ 13 mil, segundo dados do Ministério do Planejamento. Mais de 70% deles têm vencimentos superiores a R\$ 5 mil, o valor que o governo pretende estabelecer como salário máximo inicial para as novas contratações a fim de economizar R\$ 18,6 bilhões em cinco anos.

Essa é uma das medidas apresentadas anteontem pelos ministérios da Fazenda e Planejamento para ajudar a cobrir o rombo nas contas públicas nos próximos anos. Ao reduzir a remuneração de ingresso nas carreiras, o servidor federal levaria mais tempo para chegar a receber valores como R\$ 13 mil daqueles 23% de funcionários, ou os R\$ 16,9 mil do salário de ingresso na carreira de diplomata, por exemplo.

O Executivo federal tem cerca de 610 mil funcionários ativos, segundo o dado mais recente disponível no boletim estatístico do Planejamento. Desses, 2,4% ganham até R\$ 2.000 mensais, pouco menos do que ganha, em média, o trabalhador do setor privado no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a remuneração média do brasileiro era de R\$ 2.106

em junho.

Com tantos servidores, o quadro do Executivo é muito heterogêneo. Nas maiores remunerações de nível superior estão médicos e veterinários de alguns órgãos, que começam ganhando R\$ 16.411 e chegam a R\$ 29.135 no fim da carreira. Mas um médico do IBGE pode ganhar de R\$ R\$ 3.690 a R\$ 7.784 por 20 horas semanais. Na outra ponta, o salário inicial de um auxiliar executivo em metrologia e qualidade do Inmetro é de R\$ 1.467, um dos menores do Executivo.

Carreiras de Estado, como agente da Polícia Federal, ganham de R\$ 11 mil a R\$ 17 mil. Mas um auditor fiscal do Trabalho pode receber bem mais, de R\$ 19,2 mil a R\$ 27,9 mil. Um inspetor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem vencimentos que variam de R\$ 16,9 mil a R\$ 24,1 mil.

Na diplomacia, os salários começam em R\$ 16,9 mil (primeiro e segundo secretário e ministros de primeira e segunda classe) e vão até R\$ 24,14 mil. Já um oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem vencimentos mensais de R\$ 16,2 mil a R\$ 23,6 mil.

Embora os maiores salários estejam nas carreiras que exigem nível superior, um agente de combate a endemias, de nível médio, pode

receber R\$ 5,5 mil, enquanto um agente da Abin, também de nível médio, chega a ter vencimentos de pouco mais de R\$ 10 mil. Da mesma forma, o nível superior tem salários mais baixos que os intermediários.

Na menor faixa de remuneração estão os professores de magistério superior com carga de 20 horas, que ganham R\$ 2,2 mil mensais em início da carreira, o mesmo que um professor do ensino básico e do tecnológico. A remuneração final desses cargos é de R\$ 3.213.

Alessandra Cadamuro, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), conta que a estrutura de cargos e carreiras do Executivo ficou muito mais complexa a partir de 2003 e isso se reflete nos salários. Em 2002, diz, havia 39 cargos e carreiras de nível superior, número que atualmente chega a 242. No nível intermediário, o número subiu 21 para 137 e, no auxiliar, de oito para 48.

"Não digo que é bom nem ruim, mas houve necessidade de valorizar determinadas carreiras para desenvolver políticas públicas que atendiam ao projeto político da época", diz.

Alessandra observa que desde então mudou o perfil do servidor federal. O número de funcionários com nível superior aumentou e, em





determinado momento, instado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o governo teve que regularizar a situação contratual de muitos servidores que trabalham de forma precária, o que levou também a aumento no número de funcionários da União. Segundo o Planejamento, 40% dos servidores ativos têm curso superior, outros 14% têm doutorado, 11%, mestrado e 10% especialização.

Já a estrutura de salários que decorre desse grande número de cargos também se tornou mais complexa. E cada categoria de servidores negocia seus reajustes separadamente. "Diante disso, não dá para tratar o serviço público federal de maneira homogênea. É complicado", diz Alessandra, referindo-se ao salário de entrada proposto pelo governo.

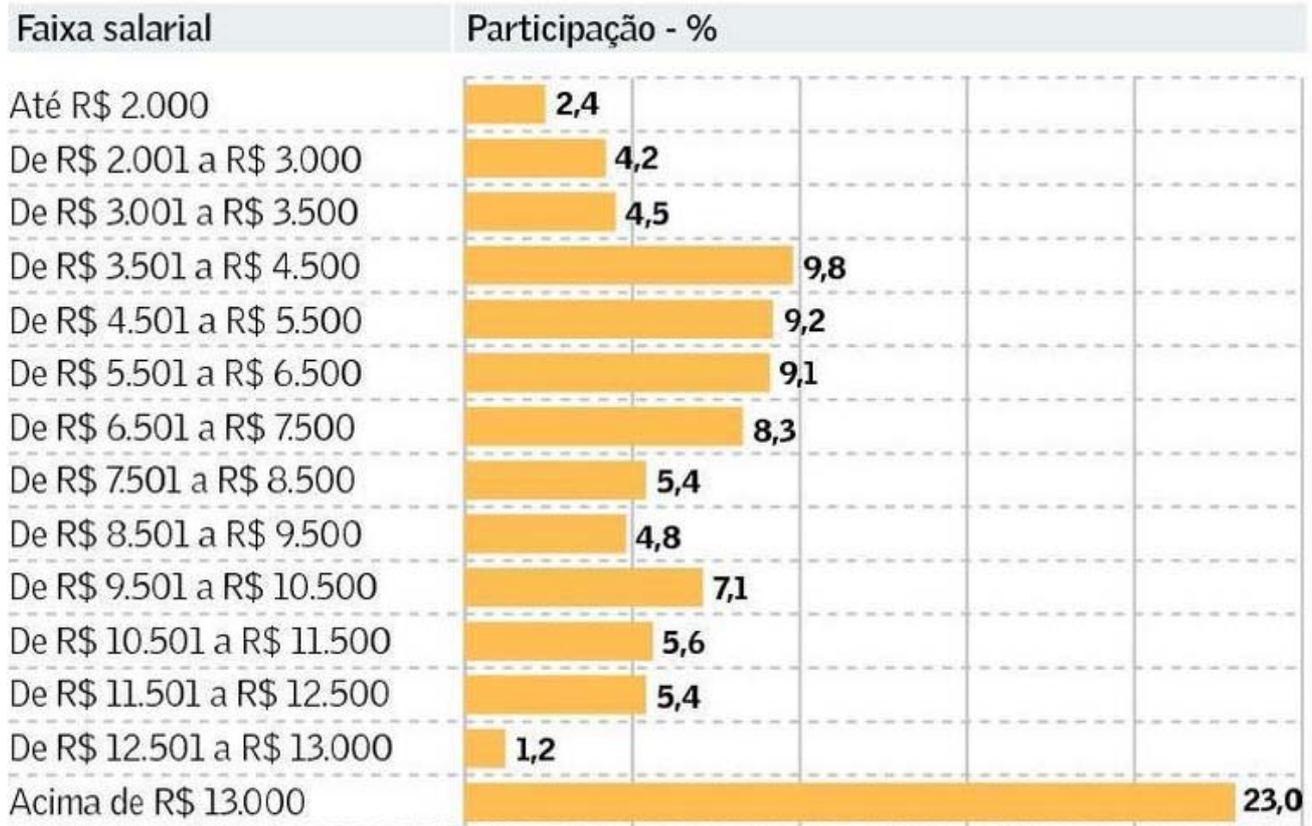
"A remuneração no serviço público é diferente, uma parte é salário básico outra é gratificação, vencimentos que vão sendo incorporados. Isso varia muito", afirma.





Altos salários

Remuneração do servidor público federal ativo em junho de 2017



Fonte: Ministério do Planejamento

Sindicatos estudam recorrer à Justiça e ir à greve contra o adiamento de reajuste

Por Thais Carrança e Beatriz Olivon | De São Paulo e Brasília

Mobilizadas contra o adiamento de reajustes dos servidores públicos federais e outras medidas anunciadas pelo governo como parte de pacote de ajuste da meta fiscal, entidades sindicais avaliam que o funcionalismo está sendo feito de "bode expiatório" e estudam recorrer à Justiça, realizar protestos e até preparar greve. Especialistas em direito constitucional disseram que parte das medidas que afetam os servidores podem ser questionadas na Justiça.

Além do adiamento dos reajustes salariais em 2018, o governo quer limitar a R\$ 5 mil o salário inicial de servidores do Executivo, elevar a alíquota de contribuição previdenciária, extinguir 60 mil cargos e cortar gastos com ajuda de custo e auxílio-moradia.

"Temos percebido um ataque constante tentando colocar nas costas do funcionalismo a responsabilidade que é única e exclusiva do governo", afirma Rogério Antonio Expedito, diretor de assuntos jurídico-parlamentares da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). A entidade representa cerca de 80% do pessoal da União, o chamado "carreirão".

A Condsef avalia que as medidas

propostas pelo governo são "cortina de fumaça", uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o limite máximo de despesa com pessoal no Poder Executivo deve ser de 40,9%, enquanto nos últimos dez anos esse valor não ultrapassou 27% e em 2016 ficou em pouco mais de 25%, conforme levantamento do Dieese para a entidade.

Segundo a entidade, a maioria das carreiras de nível superior já possui salários pouco acima de R\$ 5 mil, o teto almejado, de modo que limitar o salário inicial a esse valor tem pouco efeito prático.

As mais afetadas pelas medidas anunciadas pelo governo devem ser as chamadas "carreiras típicas de Estado", categorias mais bem remuneradas como diplomatas, policiais federais e auditores fiscais. Kleber Cabral, presidente da Unafisco Nacional, entidade que reúne os auditores da Receita Federal, vê com descrença a proposta de um teto remuneratório para início de carreira. "Nos parece uma aberração ter duas pessoas com salários diferentes, com a mesma responsabilidade", afirma.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) avalia que a economia de R\$ 5 bilhões esperada com o congelamento de salários em 2018 é pouco significativa diante de concessões bilionárias a

parlamentares para salvar o mandato do presidente Temer, das renúncias fiscais do Refis e do perdão de dívidas do agronegócio.

As entidades do fórum pretendem ir à Justiça contra o adiamento dos reajustes. "Existe jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal que dá conta que, uma vez convertidos em lei os termos de acordos oriundos das negociações salariais, eles passam a fazer parte do patrimônio do servidor. Estamos tratando de direito adquirido", diz Rudinei Marques, presidente do Fonacate.

O fórum orientou que suas afiliadas façam assembleias na próxima semana, para votação de um dia nacional de mobilização entre os dias 29 e 31 de agosto.

Para Flávio de Leão Bastos Pereira, advogado e professor de direito constitucional da Universidade Mackenzie, não se sabe ainda se o adiamento dos reajustes será negociado com as categorias, mas é provável que seja contestado judicialmente. A advogada e professora Vera Cáspari Monteiro, da pós-graduação em Direito Administrativo da FGV-SP, concorda que o adiamento pode gerar contestação, mas diz que a postergação é válida se o dispositivo legal que prevê o reajuste for alterado.





Outra proposta do governo para o cumprimento da meta - de reestruturação de carreiras do serviço público federal e redução de salário inicial - não deve gerar a mesma discussão judicial, segundo os professores de direito.

Enquanto na iniciativa privada existem muitas ações trabalhistas sobre equiparação salarial de funcionários que exercem a mesma função mas recebem salários diferentes, na esfera pública a situação é diferente. "Os servidores dependem da norma vigente no momento em que entraram no serviço público", afirma Bastos Pereira. Vera reforça que as regras dos novos concursos podem mudar a base salarial de quem ingressar por meio deles. "Um novo concurso pode estabelecer novos padrões salariais", diz.

Suspensão de aumento salarial garantirá uma economia de R\$ 5,1 bilhões em 2018

Por Edna Simão e Fabio Graner | De Brasília

O pacote de medidas de redução de despesas anunciado terça-feira pelo governo federal poderá gerar uma economia de R\$ 7,9 bilhões no próximo ano, se aprovado pelo Congresso Nacional. A maior parte desse valor (R\$ 5,1 bilhões) se deve ao adiamento por um ano do reajuste salarial dos servidores públicos federais.

Dentre as medidas anunciadas para diminuir gasto com pessoal e ajudar o resultado fiscal estão a reestruturação das carreiras, restrição de benefícios como auxílio-moradia e de ajuda de custo para transferência de uma cidade para outra, reestruturação das carreiras e a extinção de 60 mil cargos, que estão vagos, no Executivo.

Neste último caso, o governo ainda está mapeando em que áreas serão encerrados os postos não ocupados, mas o Ministério do Planejamento informa que a prioridade é para aqueles que deixaram de ser necessários, por conta de mudanças tecnológicas e no mercado de trabalho.

"A intenção com essa medida é evitar, no futuro, a ampliação de despesas decorrente da ocupação desses cargos. Trata-se da extinção de cargos vagos que se tornaram obsoletos ou desalinhados com a atual estrutura, em decorrência de uma série de situações", disse o ministério em resposta ao Valor.

A pasta exemplifica com casos como datilógrafo, radiotelegrafista, perfurador digitador, operador de computador, entre as profissões desatualizadas, com motorista oficial, técnico de secretariado, agente de vigilância, entre os que hoje são terceirizáveis. Cita também "distorções relativas ao enquadramento de cargos em planos e carreiras específicas", como médicos em carreiras de gestão, além de reorganização administrativa ou mudança do papel do Estado, com cargos como agente de inspeção de pesca, classificador de cacau, fiscal tributário do café, açúcar e do álcool.

O ministério explica que a medida não tem impacto em concursos, até porque "as autorizações no Executivo Federal encontram-se restritas como medida de ajuste fiscal, limitadas a situações excepcionais". A pasta diz ainda que acredita que a proposta de adiamento dos reajustes salariais será feita com segurança jurídica.

Uma medida com caráter de mais longo prazo, que terá efeito a partir de 2019, é a reestruturação das carreiras dos servidores públicos federais - com diminuição de salário inicial e mais tempo para chegar a remuneração paga no fim da carreira. Se aprovada pelo Congresso Nacional, o governo conseguirá poupar R\$ 1,2 bilhão em 2019. No acumulado de cinco anos, essa economia chega a R\$ 18,6 bilhões e, em 15 anos, a R\$ 154,1 bilhões.

Indignados por serem atingidos diretamente pelas medidas do

governo, servidores públicos começaram a compartilhar a mensagem de "desabafo" por WhatsApp. "Não são os salários dos servidores públicos concursados e contribuintes que quebram a Previdência, nem é o servidor público que quebra as finanças de um ente público. A quebra da Previdência e das finanças públicas é resultado de corrupção, que desvia os recursos públicos para atender a interesses privados de um pequeno grupo", diz o texto.

"O problema não está no funcionalismo público, mas sim nas decisões inconsequentes que o Congresso tem tomado, aprovando PECs e reformas irresponsáveis, as quais furtam direitos sociais conquistados pelo povo", destaca o desabafo, acrescentando que "o discurso oficial prega que o servidor público é um peso para o Brasil, que as políticas sociais são um peso para o Brasil, que o trabalhador tem muitas 'regalias'".

A despesa reprogramada pelo governo para 2018 é de R\$ 1,372 trilhão (19,22% do PIB). Na LDO de 2018, enviada em abril e aprovada no Congresso, o valor correspondia a R\$ 1,369 trilhão (18,91% do PIB). Na terceira reavaliação de receitas e despesas deste ano, a despesa era estimada em R\$ 1,288 trilhão para 2017. As medidas de redução de gastos têm um impacto pequeno se comparado ao total, mas mostra que o governo está empenhado em diminuir despesas com pessoal, a segunda maior perdendo só para a Previdência.

Governo teme que negociação do Refis coloque TLP em risco

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto | De Brasília

A área econômica do governo está preocupada com movimento de parlamentares da base aliada, em especial do Centrão, que tentam atrelar as negociações da medida provisória do novo Refis à da Taxa de Longo Prazo (TLP). A percepção de integrantes da equipe econômica é que isso colocará em risco a aprovação da nova taxa de juros do BNDES, que está perto de caducar, e ainda dificultará a tentativa de manter o programa de refinanciamento de dívidas tributárias com o menor número de modificações possível.

A contragosto, a equipe econômica trabalha em uma versão alternativa da MP do Refis, cedendo em mais alguns pontos, mas evitando a aprovação do texto aprovado na comissão especial pelo deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), considerado pela Receita excessivamente brando e um incentivo ao não pagamento de tributos.

A ideia é fechar logo uma versão que permita votar por consenso. A expectativa era que isso ocorresse até ontem, mas o novo texto ficou para a próxima semana, segundo parlamentares envolvidos, por causa da definição da nova meta fiscal e das medidas que serão propostas para atingir esse objetivo. A MP está na

pauta de plenário da Câmara há três semanas, mas têm até outubro para ser aprovada.

Parlamentares disseram, porém, que interlocutores do governo sinalizaram com concessões, como elevar o teto das dívidas consideradas de menor valor e que tem tratamento diferenciado, com pagamento de entrada menor - a versão original propõe 7,5% à vista, o relator quer 2,5% e caminha-se para fechar em 5%. Ainda não há proposta oficial.

Caso não seja viável um texto de acordo e prevaleça a versão de Cardoso, o governo tem na mesa a opção de vetar o projeto, beneficiando-se da renegociação apenas aqueles que aderiram enquanto a MP teve validade, até 31 de agosto. Essa alternativa, no entanto, enfrenta dois problemas.

O problema econômico é que a adesão está bem aquém do que se esperava. O governo atribui isso exatamente à indefinição da Câmara, fenômeno que já ocorreu no primeiro Refis, que acabou perdendo a validade. Já deputados culpam o alto valor que tem que ser pago na entrada, de 20% da dívida.

Já o problema político é que o veto provocará a insatisfação dos deputados que têm cobrado alterações no Refis num momento em que a base aliada está fragilizada e em que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve encaminhar uma

segunda denúncia contra o presidente Michel Temer. Além disso, esses deputados ameaçam travar a discussão da TLP, que precisa ser aprovada até 7 de setembro.

Cardoso admite que a negociação está atrelada, mas culpa o Ministério da Fazenda. "Nem nos recebiam nem negociavam o Refis até que a TLP correu risco de caducar. Quem vinculou foram eles", disse o relator do Refis.

Na MP da TLP, a proposta original do governo praticamente não foi alterada pelo relator, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE). Mas a proposta tem sido alvo de ataques duros do setor empresarial, em especial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que têm sido reverberados pelo presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro.

Interlocutores da área econômica também não percebem muita convicção do núcleo de poder do Palácio do Planalto na defesa da medida, o que reforça os temores de que a iniciativa possa perder a validade.

Nesse sentido, um plano B já surgiu, com a possibilidade de encaminhar um projeto de lei para o Congresso, caso a MP não seja aprovada. O problema é que projetos de lei têm tempo maior de tramitação e, dada a pressão empresarial e as dificuldades políticas recentemente enfrentadas por Temer, a chance de um eventual PL não andar aumentam.

Previsão de arrecadação com programa é, agora, de R\$ 3 bi

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

A programação orçamentária e financeira do governo para este ano, feita com base na nova meta fiscal de déficit primário de R\$ 159 bilhões, inclui uma previsão de receita de R\$ 3 bilhões com o chamado "novo Refis", de acordo com fonte credenciada da área econômica.

No início, quando editou a medida provisória do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), o governo estimou a receita em pouco mais de R\$ 13 bilhões. O Pert é uma forma de as empresas quitarem débitos tributários, com redução de juros e multas.

Com as modificações feitas pelo relator da MP 783, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), aprovadas pela comissão especial que analisou o assunto, a expectativa de receita caiu para menos de R\$ 500 milhões. Pela proposta, o desconto de multas e juros poderá chegar a 99%, em alguns casos.

O governo elabora uma alternativa, que estará concluída,

provavelmente, na tarde de hoje, segundo a mesma fonte. As alterações que serão apresentadas ao parecer aprovado pela comissão especial, e que estão sendo negociadas com as lideranças do governo, poderão até mesmo produzir uma arrecadação ainda maior. Mas a área econômica preferiu ser cautelosa e considerou, na contabilidade que justificou a mudança na meta fiscal deste ano, apenas uma arrecadação de R\$ 3 bilhões.

A área econômica considera que realizou um ajuste bastante duro para os próximos anos, que prevê a suspensão do aumento dos salários dos servidores civis do Executivo e a elevação da contribuição previdenciária de ativos e inativos para até 14%, de forma progressiva, entre outras medidas.

As autoridades não aceitam a crítica de que jogaram o peso do ajuste sobre as costas dos servidores civis do Executivo, pois os aumentos concedidos aos servidores do Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública não serão suspensos. "A questão é que a Constituição dá autonomia aos Poderes para propor a política

salarial de seus servidores", explicou a fonte. "Nós fizemos o que estava ao alcance do governo", afirmou. "Não podemos impor regras aos demais Poderes", acrescentou.

A decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, de não propor novo aumento para o teto da remuneração dos servidores, que é dado pelo salário dos ministros do Supremo, e nem reajuste salarial para os servidores do Judiciário em 2017 foi saudado pela área econômica como uma iniciativa que merece ser aplaudida.

A fonte procurou desmentir rumores de desentendimentos dentro do governo sobre as novas metas fiscais ou sobre um eventual enfraquecimento do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

De acordo com a fonte, a demora para a definição das novas metas decorreu, principalmente, das dificuldades para a definição das estimativas de receitas relacionadas com concessões e privatizações de serviços públicos, como é o caso das hidrelétricas que serão vendidas neste e no próximo ano.

'Caravana' ajuda a apressar trâmite da nova taxa em comissão

Por Eduardo Campos | De Brasília

O governo mostrou força e levou não só parlamentares, mas representantes do BC e da Fazenda para a comissão mista que avalia a medida provisória 777, que institui a Taxa de Longo Prazo (TLP). Assim, o deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) fez a leitura formal de seu relatório após dois atrasos, dando continuidade à tramitação. Se a MP não for votada até 6 de setembro, perde a validade.

Com o voto proferido, foi dado o prazo regimental de vista coletiva de uma semana. No dia 22 deve ocorrer a votação na comissão, para posterior remessa do texto aos plenários da Câmara e do Senado.

O relatório de Gomes, apresentado em 1º de agosto, é favorável à medida e trouxe duas mudanças em relação ao texto original: uma alteração na fórmula de cálculo da parte prefixada da TLP, que passa a considerar a média de três meses da NTN-B de cinco anos do Tesouro e não mais a taxa vigente na data de contratação da operação, apurada mensalmente, e a inclusão do artigo 14, deixando

explícito que o BNDES manterá, por ao menos cinco anos, linhas incentivadas para micro, pequenas e médias empresas - o que já ocorre na prática. O relator não aceitou nenhuma das 40 emendas apresentadas.

Em relatório, a consultoria Eurasia Group diz que apesar do calendário apertado é provável que ocorra a aprovação MP 777. A consultoria avalia que mesmo que a oposição manobre para postergar a votação, o governo conseguiria rapidamente aprovar um projeto de lei que substitua a MP.

A medida é de especial interesse para o BC, que se faz representar na comissão com os diretores de Assuntos Internacionais, Tiago Berriel, de Política Econômica, Carlos Viana, de Organização do Sistema Financeiro, Sidnei Corrêa Marques, e de Regulação, Otavio Damaso. Representando a Fazenda estava presente o chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, João Manoel Pinho de Mello.

Na abertura da sessão, o presidente da comissão, senador Lindbergh Farias, voltou a rebater as

críticas que recebeu do senador Romero Jucá e de outros membros do governo sobre o atraso no cronograma. Lindbergh afirmou que derrubou a sessão da semana passada por falta de quórum, e disse que voltará a fazer isso se não tiver número regimentalmente exigido de parlamentares presentes nas demais sessões.

A TLP vai substituir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos do BNDES a partir de janeiro de 2018. A ideia é reduzir o custo com subsídios de crédito deixando a taxa de captação do banco mais próxima da do Tesouro Nacional. A TJLP é definida trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional levando em conta a meta de inflação mais um prêmio de risco. Atualmente está em 7% ao ano. Estimativas apontam que a TLP estaria ao redor de 8%.

Desde o fim da semana passada houve rumores de que o governo teria abandonado a medida. Na sexta-feira, após o boato afetar o preço do dólar, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse pelo Twitter que o governo segue firme na aprovação da MP.

Cobrança de imposto tende a ser semestral

Por Fabio Graner | De Brasília

de 15% a 22,5% conforme o prazo dos investimentos.

A decisão do governo de alterar a sistemática de tributação nos fundos fechados exclusivos e para famílias deve afetar os estoques desses investimentos, segundo uma fonte informou ao Valor. A medida só não atingirá novos depósitos. Fundos exclusivos de ações não devem ser incluídos na mudança de regras, porque os fundos regulares e abertos dessa categoria não têm que fazer o recolhimento do chamado "come-cotas", que incide na renda fixa.

Os termos do projeto de lei ou medida provisória que será enviado ainda estão sendo finalizados pelos técnicos e há uma série de questões ainda não resolvidas. Uma delas é sobre como lidar com fundos que não têm liquidez e que passarão a ter que recolher seus tributos anualmente.

Com a mudança na regra de tributação dos fundos exclusivos e reservados, o governo pretende arrecadar R\$ 6 bilhões em 2018. Foi a medida tributária de maior impacto anunciada anteontem. A iniciativa não prevê aumento nas alíquotas de tributação, que variam

Atualmente, esse tipo de fundo recolhe o IR apenas no seu fechamento ou no resgate das cotas pelo investidor, diferentemente de fundos tradicionais, que têm a incidência do "come-cotas" semestral.

O governo ainda avalia a maneira como vai operacionalizar a nova sistemática de tributação dos fundos fechados a investidores específicos. Embora na terça-feira os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo de Oliveira (Planejamento) tenham falado de cobrança anual de tributos, a incidência pode se dar de forma semestral, como ocorre nos fundos abertos. "O importante é ter uma regra só", disse uma fonte, acrescentando que o cenário mais provável é que a cobrança seja semestral e que, em princípio, a sistemática dos fundos abertos permaneça como está. "Estamos estudando este ponto", acrescentou a fonte.

Procurada para fornecer mais esclarecimentos sobre a medida, a Receita Federal disse que não iria comentar o assunto.

O buraco de R\$ 800 bi

O país está acumulando um buraco de R\$ 815 bilhões de 2014 a 2020. Houve 16 anos de superávit, de 1998 a 2013. O primeiro déficit foi em 2014, e o governo prevê contas no negativo até 2020. Sair de um buraco desse tamanho é um dilema do país para além desta administração. O governo prevê que as empresas estatais continuarão dando déficit todos os anos.

Com o anúncio de terça-feira, o governo Temer admitiu que não colocará o país nos trilhos, como havia prometido. A promessa não era mesmo de se acreditar, ninguém achava que seria uma ponte sobre o mar vermelho, mas havia uma expectativa de que fosse possível reduzir ano a ano o tamanho do rombo. Agora já se sabe que nem isso acontecerá e será um bom resultado ficar nesses R\$ 159 bilhões de déficit este ano e no próximo.

No anúncio, os ministros mostraram a dura realidade dos números de um país em crise fiscal aguda, mas os políticos do centrão não entenderam. E se preparam para retaliar na Comissão de Orçamento. O governo não incorporou, por boas razões, várias propostas que eles fizeram à LDO, que inclusive invadiam atribuições do executivo. Esses vetos, e mais as medidas que impactam o funcionalismo, estão

alimentando a reação dos deputados, que alegam também razões políticas para a rebeldia velada. Acham que não foram "prestigiados"! Por isso vão atacar onde for possível: no Refis, que o governo tenta salvar de alguma forma, e na proposta de criação da TLP. Isso sem falar na ameaça que fazem de não votarem a favor da revisão da meta. O Congresso continua não entendendo em que momento estamos. A proposta do deputado Vicente Cândido (PT-SP) de volta da doação oculta é suficiente para mostrar que alguns representantes se mudaram para Marte. Menos transparência a esta altura só pode ser piada.

Se o país nada fizer para mudar a maneira como arrecada e gasta, vai visitar perigos que já havia superado, como o de que a dívida não seja paga. O Brasil viveu esse temor ao fim dos anos 1980 e, de fato, começou a década seguinte com o calote do governo Collor. Tudo terá que ser olhado agora com mais cuidado para o país sair da armadilha em que entrou. A recessão é uma das causas do déficit, mas não só. O superávit primário começou a ser dilapidado nos bons anos, em que houve crescimento com a criação de despesas que se eternizaram.

Será necessário fazer muito para voltar a ter equilíbrio nas contas.

Medidas difíceis, como fechar ministérios, eliminar autarquias e vender empresas estatais. O Brasil tem quase 200 empresas estatais. E a maioria é deficitária. Nas previsões do governo divulgadas esta semana, as estatais federais darão prejuízo acumulado de R\$ 13,4 bilhões até 2020. Muita gente acha que vender não resolve o problema porque o governo cria apenas receita extraordinária. É verdade, porém, a privatização faz com que sejam eliminadas despesas correntes permanentes. O ganho mais importante é a despesa que não será feita.

As contas apresentadas pelo governo na revisão da meta são até excessivamente otimistas em alguns pontos. Um exemplo é a previsão de que os estados e municípios passarão a ter superávit primário já no ano que vem, de R\$ 1,2 bi. E isso apesar de receberem em 2018 menos R\$ 8,5 bilhões de transferências federais. Os ministérios da Fazenda e Planejamento preveem novo superávit de R\$ 4,7 bilhões em 2019, para estados e municípios, e outro de R\$ 16,6 bilhões em 2020. Como conseguirão a façanha na situação falimentar em que se encontram é um mistério que o governo não explicou.

A principal emergência para o ajuste das contas é o governo olhar





exatamente quanto está gastando com os mais ricos e eliminar esse custo. Dentro desse projeto é que está a TLP, contra a qual alguns economistas têm se insurgido, estimulando os parlamentares que querem um bom motivo para ficar contra um projeto que prejudica os empresários. O objetivo da nova taxa de juros de longo prazo do BNDES é ir eliminando aos poucos os absurdos, injustos e, por que não dizer, bizarros subsídios às grandes empresas no país. É insensato continuar gastando tanto com os ricos num país que tem tantas carências e tão grave desequilíbrio fiscal.

Falhas em 56,4% das obras do Minha Casa

Auditoria da Controladoria da União vistoria unidades e aponta problemas estruturais em mais da metade

MANOEL VENTURA

-BRASÍLIA- Uma auditoria feita pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) no programa Minha Casa Minha Vida encontrou defeitos estruturais em 56,4% das unidades analisadas, como rachaduras, infiltrações e vazamentos. Mesmo assim, a pasta considerou que o índice de satisfação dos beneficiários do programa é positivo.

A pasta analisou 77 empreendimentos com 1.472 unidades habitacionais financiadas pelo FGTS, distribuídos em 12 estados, em 2015. O relatório com as conclusões da análise foi divulgado ontem pelo órgão. O relatório da auditoria apontou que, em diferentes casos, foi constatado mais de um problema na mesma unidade habitacional.

As principais irregularidades identificadas pelo órgão foram infiltrações (46%), piso (35%) e falta de prumo e de esquadros (32%). Os técnicos da CGU também identificaram irregularidades nas instalações elétricas (19%), hidráulicas (17%), sanitárias (11%), trincas (23%) e vazamentos (24%).

MESMO COM PROBLEMAS, SATISFAÇÃO

Com relação à área externa, 18% dos beneficiários informaram problemas com alagamento; 11%, com iluminação deficiente; e 10%, problemas na pavimentação. “Apesar dos problemas apontados, 79% dos moradores entrevistados demonstraram grau de satisfação alto ou médio com o condomínio ou loteamento (áreas comuns), enquanto apenas 10% mostraram-se insatisfeitos”, diz o relatório da CGU.

De 2009 a 2014, o Minha Casa Minha Vida financiou mais de R\$ 225 bilhões para a construção ou aquisição de 2,8 milhões de unidades habitacionais. Mesmo assim, a própria análise do governo aponta que o número de moradias entregues pelo programa não se transformou em “redução efetiva do déficit” habitacional no Brasil.

“A contribuição do programa para reduzir o déficit habitacional mostrou-se parcialmente comprometida devido à prática recorrente dos gestores de incorporarem a demanda de mercado como balizador dos remanejamentos orçamentários, em detrimento do planejamento inicial, que considera a participação relativa do déficit habitacional estimado de cada região.

Com efeito, conclui-se que a estratégia inicialmente concebida desfigura-se ao longo da implementação do programa, gerando resultados expressivos em alguns estados; razoáveis em outros; e insatisfatórios nos demais”, ressalta o texto da Controladoria. A Controladoria-Geral da União identificou ainda que 13% dos projetos não tinham licenciamento ambiental.

A CGU recomendou ao Conselho Curador do FGTS e ao Ministério das Cidades elaborar estudo para identificar as causas da reduzida demanda de unidades nas localidades que, embora tenham déficit habitacional significativo, registraram baixa execução. A Caixa foi orientada a avaliar os procedimentos de conformidade ambiental implementados pelas instituições financeiras habilitadas.

Também foi orientado aos agentes responsáveis pelas operações de financiamento verificar o extrato de conta vinculada do FGTS e o comprovante apresentado no momento do enquadramento do benefício, de forma a validar a renda familiar.

PROGRAMA TEM NOVAS REGRAS

Responsável pelo Minha Casa Minha Vida, o Ministério das





Cidades informou que os dados relatados pela CGU foram colhidos em 2015, antes da atual gestão apresentar mudanças nas regras do programa, no início do ano. “Para as novas contratações, o Ministério das Cidades tem sido rigoroso no padrão, no modelo e no desenho de seleção”, diz o texto.

Segundo o ministério, pelas novas regras, o programa só vai montar empreendimentos em locais com infraestrutura urbana prévia. O objetivo é “solucionar pontualmente os gargalos no que se refere à qualidade dos empreendimentos entregues, ao atendimento prioritário de pessoas que vivem em áreas de risco, idosos, famílias chefiadas por mulheres, pessoas com deficiência e famílias com bebês vítimas de microcefalia”.

Ajuste nas mãos do Congresso

Das 11 medidas do pacote fiscal, nove dependem de aval do Legislativo, num total de R\$ 18 bi

Geralda Doca, Eliane Oliveira, Manoel Ventura e Eduardo Barretto

-Brasília- O governo enfrentará dificuldades para aprovar no Congresso o pacote de medidas de ajuste fiscal, anunciado anteontem junto com a ampliação do rombo nas contas públicas de 2017 a 2020, na avaliação de líderes governistas e dos partidos da base. As medidas já enfrentam também forte resistência dos servidores públicos. E praticamente todo o conjunto de propostas está nas mãos do Legislativo: das 11 medidas, nove delas — com impacto estimado em R\$ 18 bilhões no orçamento da União do próximo ano — terão de ser aprovadas pela Casa, na forma de projetos ou medidas provisórias (MPs). São propostas que visam a aumentar receitas e reduzir gastos, sobretudo com o funcionalismo, para ajudar no fechamento das contas públicas.

Além disso, a própria revisão das metas, de déficit primário de R\$ 139 bilhões e R\$ 129 bilhões neste e no próximo ano, respectivamente, para R\$ 159 bilhões, já enfrenta um clima de animosidade na Comissão Mista de Orçamento — primeiro campo de batalha. Os vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), num total de 67, irritaram os

integrantes do colegiado, que agora exigem explicações do governo. São assuntos autônomos, mas, sem resolver essa questão política, nada avançará na comissão, disse o relator da LDO, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

DÉFICIT DE MEIO TRILHÃO DE REAIS ATÉ 2020

Até 2020, segundo a proposta de revisão de metas fiscais anunciadas nesta terça-feira, o governo federal acumulará déficit de R\$ 522 bilhões. O aumento do rombo fiscal previsto para este ano abre espaço à liberação de R\$ 1 bilhão extra em emendas parlamentares, segundo cálculos da consultoria de Orçamento da Câmara.

O vice-líder do PRB, deputado Beto Mansur (SP), admitiu que será preciso muita negociação para convencer os partidos da base de apoio a aprovar as medidas de ajuste fiscal. Segundo ele, haverá resistência dos parlamentares especialmente em relação aos dois itens que afetam os servidores públicos: o adiamento dos reajustes salariais e a elevação da contribuição previdenciária de 11% para 14%: — O pessoal ainda está lendo as medidas. Mas aumento de alíquota e retenção nos reajustes sempre dão ruído na base. Vamos ter que conversar e convencer.

O líder do PP na Câmara dos

Deputados, Arthur Lira (AL), disse que há uma enorme insatisfação na base de apoio ao governo, que está perdendo todas as batalhas no Congresso. Ele lembrou que nem medidas provisórias o Executivo consegue aprovar como quer, casos do Programa Especial de Regularização Tributária (Refis) e da reoneração da folha de pagamento, além das dificuldades à vista em relação à nova Taxa de Longo Prazo (TLP), que vai corrigir os empréstimos do BNDES. — Está faltando articulação política, e as coisas vão piorar. As metas fiscais deverão ser aprovadas, até porque o governo não tem caixa. Mas vai ser um terror para aprovar as outras medidas — disse o deputado.

— Vamos enfrentar resistências da oposição e de um ou outro da base. É natural ter posição contrária numa base grande como a nossa — disse o líder do governo no Congresso, Andre Moura (PSC-SE).

Os servidores públicos federais prometem greves, manifestações e pressão no Congresso Nacional contra as medidas. Todas as ações do pacote de ajuste fiscal que atingem os servidores públicos precisam passar pelo Legislativo. — Não concordamos com essa política que concentra a renda e alarga a faixa de empobrecimento no país. Vamos lutar com todos os trabalhadores e categorias unidos. A nossa pressão





é no Congresso, nas ruas, e vamos fazer greve dentro dos órgãos públicos contra as medidas. O que couber ação na Justiça, também vamos fazer — disse o diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condserf), Valter Cezar Dias.

TEXTO SERÁ ENVIADO ESTA SEMANA

Mesmo diante de tanta pressão, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem que confia na aprovação do pacote de medidas de ajuste fiscal pelo Congresso. Ele espera enviar o texto ainda esta semana à Câmara: — Estive lá com o comando da Câmara (Rodrigo Maia, presidente da Casa) e com os principais líderes, e discutimos um pouco a situação fiscal, a possível mudança da meta (antes do anúncio) e as medidas necessárias para que essa revisão não fosse muito maior.

Agora, evidentemente, o Congresso é soberano. Vivemos numa democracia, e compete ao Congresso dar a última palavra. Eu espero aprovação sim.

Em evento em São Paulo, o presidente Michel Temer comentou que a revisão da meta vai contribuir para que o governo não aumente impostos. Ele defendeu as reformas, disse que seu governo está fazendo em "15 meses o que não foi feito em 20 anos" e criticou a oposição que, em suas palavras, "não discute conteúdo nem o mérito" de suas medidas: — Agora o Brasil tem rumo. E é essa pressa que move governo de apenas 15 meses, com mais 15, 16 pela frente. Estamos fazendo em 17 meses o que em 20 anos não se fez.

Colaboraram Chico Prado e
Tiago Dantas

Entrevista / Lisa Schineller

‘Há uma janela estreita para aprovar reformas’

Para diretora da S&P, Brasil precisa mudar Previdência antes da campanha eleitoral. Se governo abandonar compromisso com corte de gastos, nota do país pode piorar

Rennan Setti

• Na noite de anteontem, a S&P retirou a observação (credit watch) negativa para a nota do Brasil. A perspectiva, porém, que indica a tendência para os próximos meses, foi classificada como negativa. Essa decisão já incorporou as novas metas fiscais? Nós já antecipávamos uma revisão. O gasto discricionário estava caindo 12% em termos nominais nos primeiros seis meses do ano. Entretanto, dado o comportamento das receitas, dada a expectativa e as dúvidas com relação à redução dos gastos com salários e com relação às concessões, já era possível antecipar uma revisão da meta. Nosso cenário-base já antecipava algo bem próximo ao que foi anunciado. Mas é a situação fiscal geral que tem o maior peso na decisão de rating. Salientamos que a carga de dívida vai continuar a subir.

• **Por que a S&P retirou a observação negativa do país?**

O que sinalizávamos com o credit watch negativo era o risco de

downgrade. O que aconteceu em maio (as denúncias da JBS contra o presidente Michel Temer) levantou questões sobre se teríamos uma transição rápida ou devagar, a habilidade do governo de seguir com reformas e a possibilidade disso tudo afetar a economia. E o que a gente viu desde então é que a economia tem se mantido razoavelmente estabilizada. Também houve algum avanço em termos de legislação, como na reforma trabalhista, e a expectativa de outras aprovações. Não significa que a reforma da Previdência saiu do papel, mas percebemos um forte comprometimento do governo. Desde o arquivamento da denúncia contra o presidente Temer no Congresso, vemos que o governo quer seguir em frente. Além disso, há outras medidas, como a TLP (nova taxa de juros que será usada pelo BNDES). A conclusão foi que os fatos não justificavam um downgrade, mas, uma vez que os riscos ainda existem, resgatamos a perspectiva negativa.

• **O que poderia levar a um novo rebaixamento?**

Caso não haja avanços em medidas importantes, como a reforma da Previdência, que é emblemática, e outros pontos para flexibilizar a rigidez fiscal e os subsídios, como no caso da TLP, etc.

Se não houver progresso nisso, o rating pode ser reduzido. Isso também pode acontecer se houver mudança no comprometimento do governo em conter gastos. A alta e crescente carga de dívida exige uma ação do espectro político. Vemos uma janela estreita para ação, e esperar 2019 significaria que não há comprometimento político suficiente no Executivo, no Congresso etc. Dada essa janela de oportunidade, vamos esperar ações nesse sentido antes da campanha eleitoral de 2018. Ou seja, nos próximos seis meses.

• **Mas a senhora está confiante de que será possível aprovar a reforma da Previdência antes da campanha?**

O que vemos é que há o plano do governo de seguir com isso. Vemos que há algum apoio. Mas, quanto a estarmos 100% confiantes, eu diria que não haveria necessidade de perspectiva negativa no rating se estivéssemos.

• **Quais pontos de uma reforma da Previdência são indispensáveis para que haja impacto fiscal relevante?**

Não fazemos recomendações de políticas. O projeto que está em debate trata de questões sensíveis, como a idade mínima. A idade com que as pessoas se aposentam (no





Brasil) é muito baixa, comparada a nível global, 53, 55 anos. A proporção do benefício em relação ao salário da ativa é também muito generosa. Esses são pontos-chave que estaremos observando.

• *Temos visto tentativas do Congresso de alterar decisões fiscais do governo.*

Uma das coisas importantes é conter o crescimento dos gastos. É importante ver esse esforço continuar. Se houver um novo posicionamento com relação a isso, seria algo diferente do que a mudança da meta por questões como adiamento de concessões etc. Isso enviaria uma mensagem diferente. Um rebaixamento poderia vir de um retrocesso nesse sentido também.

Reajuste só será em 2020 para alguns servidores

Adiamento vale para 23 categorias que negociaram aumentos em 4 anos. Salário inicial será reduzido a R\$ 5 mil

Martha Beck

-Brasília- O adiamento do reajuste salarial dos servidores do Executivo federal não ficará limitado a 2018. Segundo técnicos do Ministério do Planejamento, as 23 categorias que negociaram aumentos para um período de quatro anos também terão a correção de 2019 postergada para 2020. Esse grupo tem 372,6 mil pessoas e inclui, por exemplo, gestores, policiais federais, policiais rodoviários federais, auditores da Receita, do Trabalho, médicos peritos do INSS, diplomatas, docentes e funcionários de Banco Central, Ipea, CVM e Susep. A medida vale apenas para os servidores civis.

A decisão de congelar os salários no ano que vem faz parte de um pacote de redução de gastos preparado pela equipe econômica para conseguir fechar as contas públicas. Embora o governo tenha anunciado que vai propor ao Congresso uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para aumentar o rombo fiscal de 2018 de um déficit primário de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões, a conta só fecha com receitas extras e diminuição de despesas. O

adiamento em 2018 vai gerar economia de R\$ 5,1 bilhões.

O reajuste médio acertado entre as 23 categorias e o governo foi de 27,9% para quatro anos. Para algumas carreiras, como a de policiais, o percentual chegou a 47%. Segundo os técnicos, isso significa que esses servidores conseguiram um bom acordo, uma vez que asseguraram um ganho real (acima da inflação) em seus rendimentos. Em julho de 2016, a expectativa de inflação para 2017 estava em 5,4%. Este ano, ela caiu para 3,28%.

O pacote da equipe econômica para os servidores também limita o salário inicial do serviço público em R\$ 5 mil. Esse, porém, não será o valor para todas as categorias. Já há um entendimento dentro do Planejamento que, em algumas carreiras, esse valor é muito baixo. É o caso, por exemplo, de delegados, médicos e professores universitários. Nestes casos, os salários iniciais poderiam ser mais altos, mas alinhados com os do setor privado. — O parâmetro será o mercado — explicou um técnico da equipe econômica.

O QUE PODE MUDAR

REAJUSTE ADIADO

Para economizar R\$5,1 bilhões, a União vai adiar, para 2019, o

reajuste programado para janeiro de 2018. O aumento previsto para 2019 será adiado para 2020. Isso atingirá servidores federais civis, ativos, inativos e pensionistas. As categorias afetadas reúnem 372,6 mil servidores, incluindo professores; policiais federais e rodoviários federais; servidores de Banco Central, Ipea, Inbra, IBGE, Fiocruz, Dnit; auditores da Receita e do Trabalho; peritos do INSS; diplomata e oficial de chancelaria; policiais militares e civis dos ex-territórios. Também serão cancelados reajustes para cargos comissionados e gratificações (economia de R\$ 175 milhões).

Contribuição maior

Com o objetivo de arrecadar R\$ 1,9 bilhão a mais por ano, a União decidiu elevar a contribuição previdenciária dos servidores federais de 11% para 14%. A medida vale para quem recebe acima do teto do INSS (R\$ 5.531). Os demais continuam pagando 11%. A elevação será progressiva. Num salário de R\$6 mil, a contribuição ficará assim: 11% sobre R\$ 5.531 (R\$608,41) e 14% sobre os R\$ 469 restantes (R\$ 65,66), o que totalizaria uma contribuição de R\$ 674,07. A medida atingirá todos os servidores públicos federais efetivos (Executivo, Legislativo e Judiciário), à exceção dos militares: ativos, inativos e pensionistas.





REMUNERAÇÃO

O governo quer aprovar um teto à remuneração total dos servidores públicos dos três níveis: União, estados e municípios. Isso significa que nenhum funcionário público — de Executivo, Legislativo e Judiciário — poderá receber mais de R\$ 33.763, juntando o salário e adicionais. Atualmente, apenas o salário está restrito a este valor.

AUXÍLIO E AJUDA DE CUSTO

Serão reduzidos auxílios e ajudas de custo aos servidores federais do Executivo, com meta de economia de R\$ 84,6 milhões por ano.

Ajudas como a conferida quando o servidor é transferido serão limitadas a um salário. Já o auxílio-moradia, hoje pago por tempo indeterminado, será limitado a quatro anos e, neste período, terá valor decrescente até deixar de ser depositado. Atingirá os servidores públicos federais do Executivo, à exceção dos militares.

CARREIRA

O governo quer fazer uma reestruturação das carreiras do Executivo federal e economizar R\$ 18,6 bilhões em cinco anos — valor que subiria para R\$ 154,1 bilhões em 15 anos. As premissas são a redução do salário inicial e o aumento dos degraus na escadinha de promoção (progressão). Hoje, há 13 degraus. A União quer 30. Um exemplo: a carreira de gestor governamental tem hoje quatro classes: A, B, C e Especial. As três primeiras têm três níveis cada, e a Especial, quatro. O salário inicial é de R\$ 16.933,64. Subindo apenas quatro degraus, este servidor passa à classe seguinte, cuja remuneração é de R\$ 19.345,75, um ganho de 14,2%. Pela reestruturação, na mesma carreira, haveria sete classes. O nível 1 seria o de estágio probatório, com salário inicial de R\$ 5 mil. Só após subir seis degraus, o servidor mudaria de classe, recebendo R\$ 7.909,48, um ganho de 58,18%.

Aliados ameaçam dificultar ajuste no Orçamento e pressionam Temer

DANIEL CARVALHO
BRUNO BOGHOSSIAN
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer enfrentará dificuldades para aprovar no Congresso o aumento do rombo nos Orçamentos de 2017 e 2018 para R\$ 159 bilhões. O governo tem contra si a insatisfação dos aliados na CMO (Comissão Mista de Orçamento), onde começa a tramitar a proposta de revisão da meta fiscal.

Os membros do colegiado estão irritados por causa da série de vetos do presidente à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2018, aprovada antes do recesso de julho.

"Um governo arrogante e prepotente é sinônimo de governo fracassado. A ideia não é retaliar. Mas não há como negar que esta atitude insensível, para não dizer irresponsável do governo, criou conflito desnecessário", disse o senador Dário Berger (PMDB-SC), presidente da comissão.

Foram vetados, por exemplo, trechos que incluíam no rol de prioridades o Plano Nacional de Educação e a conclusão de obras inacabadas. Outro ponto barrado obrigava o governo a reduzir incentivos e benefícios tributários, financeiros e creditícios.

Embora muitos parlamentares tenham defendido uma meta maior para acomodar gastos antes das eleições de 2018, eles agora querem criar dificuldades para conseguir mais espaço no governo.

Aliados dizem que Temer pagará um preço alto, visto que gastou todo o seu capital político para se salvar na votação que barrou a denúncia de corrupção e, agora ficou sem espaço para oferecer mais aos parlamentares que buscam cargos e verbas para seus redutos eleitorais.

A cobrança, no entanto, continua. "Não reorganizar a Esplanada dos Ministérios poderá ser fatal", disse o deputado Rogério Rosso (PSD-DF).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), crítico da ampliação do rombo, defendeu as medidas de ajuste: "Precisamos trabalhar os deputados mostrando a importância das matérias".

"É natural que haja resistências nesse debate, e foi assim em outros governos, mas temos certeza de que teremos votos suficientes para colocar as contas em ordem", disse o líder do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE).

A equipe econômica quer endurecer o discurso com o Congresso. Dirá que, sem a expansão do deficit, serviços serão cortados, e emendas parlamentares, congeladas.

Fazenda e Planejamento tratam a ameaça de travar a alteração da meta fiscal como bravata e dizem ter certeza de que ela será aprovada, pois os parlamentares não gostariam de arcar com o ônus de paralisar o governo.

Governo reduz a R\$ 969 previsão para o mínimo

DE BRASÍLIA

Entre os números apresentados na terça-feira (15) para a economia em 2018, durante o anúncio das novas metas fiscais, a equipe econômica divulgou uma previsão de R\$ 969 para o salário mínimo do ano que vem, R\$ 10 a menos do que a projeção atual.

Atualmente, o mínimo está em R\$ 937.

De acordo com o ministro do Planejamento, Dyo-go Oliveira, essa redução é um ajuste, decorrente do fato de que a inflação esperada para o ano que vem caiu de 4,5% para 4,2%.

O salário mínimo é calculado com base no INPC do ano anterior e no PIB de dois anos atrás.

O valor real só será conhecido em janeiro do ano que vem, com o resultado efetivo da inflação de 2017.

Se a inflação menor se confirmar, o governo vai economizar cerca de R\$ 3 bilhões em gastos no ano que vem. (MAELI PRADO)

Déficit fiscal rende R\$ 1 bi em emendas parlamentares

Eduardo Rodrigues
Igor Gadelha / BRASÍLIA

O governo poderá liberar R\$ 1 bilhão a mais em emendas parlamentares até dezembro deste ano caso a nova meta fiscal seja aprovada pelo Congresso. Com a mudança que eleva o déficit das contas públicas de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões, a equipe econômica deve liberar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões do Orçamento de 2017 para várias áreas, incluindo emendas.

Os contingenciamentos determinados pela equipe econômica no início do ano reduziram para R\$ 9,184 bilhões o montante destinado para emendas no Orçamento. Agora, se houver a folga adicional, os recursos para as emendas podem chegar a R\$ 10,121 bilhões, de acordo com cálculos da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara.

Embora publicamente parte dos parlamentares se posicione contra o aumento do déficit, as cotas das bancadas e dos deputados para o financiamento de projetos em suas regiões serão ampliadas com o descontingenciamento do Orçamento. A liberação desses recursos é vista como uma espécie de moeda de troca entre o Planalto

e o Congresso, e costuma ser usada pelo governo para garantir apoio em votações importantes.

Às vésperas da votação da denúncia por corrupção passiva contra o presidente Michel Temer na Câmara, por exemplo, foram liberados mais de R\$ 4 bilhões em emendas. O Planalto defende que o Orçamento impositivo, criado em 2015, obriga o governo federal a não contingenciar as emendas parlamentares e que, tradicionalmente, o maior volume de liberação ocorre no fim de cada semestre, em virtude da programação orçamentária.

Para líderes da base aliada o aumento dos recursos para emendas não terá efeito no convencimento para aprovação da meta, considerada prioridade para o governo. O líder do DEM, Efraim Filho (PB), disse que a bancada de seu partido "não vai se convencer por mais ou menos emendas". "Entre flexibilizar a meta fiscal e o aumento de impostos, a meta foi a melhor saída para o momento. É preciso dar crédito à alternativa que a equipe econômica ofereceu", afirmou.

Para o líder da maioria na Câmara, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), a mudança da meta fiscal não pode estar condicionada à liberação de emendas. "O tema

de emendas já está estabelecido, não tem condicionante", disse. Receita. O valor fixado no Orçamento para as emendas parlamentares é calculado com base em um percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, que é arrecadado com tributos do governo federal, descontadas as transferências para Estados e municípios.

As emendas são divididas em dois grupos: as de bancada e as individuais, cujos valores são divididos de maneira igual entre todos os congressistas. Atualmente, cada parlamentar tem um limite de R\$ 10,3 milhões para as individuais, mas nesse cenário passaria para R\$ 11,3 milhões. Caso o descontingenciamento chegue a R\$ 10 bilhões, o orçamento das emendas chegará a R\$ 10,356 bilhões.

Em meio à contenção de gastos e à discussão do ajuste fiscal, a Câmara devolverá ao Tesouro, até o fim de setembro deste ano, cerca de R\$ 300 milhões. Responsável pelas contas da Casa, o primeiro-secretário da Casa, deputado Fernando Giacobbo (PR-PR), disse que a maior parte desse montante será proveniente da venda da folha de pagamento dos servidores. A outra parte será oriunda de "economias" com controle de gastos administrativos.





MAIS RECURSOS PARA PARLAMENTARES

- Com a revisão da meta fiscal para R\$ 159 bilhões neste ano e em 2018, o governo vai descontingenciar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões, o que vai ter impacto nas emendas

CENÁRIO 1

META FISCAL: R\$ 159 bilhões



CENÁRIO 2

META FISCAL: R\$ 159 bilhões



FONTE: CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Para presidente, 'Brasil tem vocação centralizadora'

Orçamento. A nova meta, que eleva o rombo das contas públicas em R\$ 20 bi, abre espaço para o aumento da liberação de recursos para as bases eleitorais dos deputados

Peemedebista afirma que seu governo quebra esse "paradigma", diz que é "parceiro" do Legislativo e elogia suas reformas

Gilberto Amendola

O presidente Michel Temer afirmou ontem que seu governo é "parceiro" do Legislativo e, em tom de crítica, disse que "o Brasil tem uma vocação centralizadora e que o povo parece gostar dessa centralização". A declaração foi feita em São Paulo durante a conferência anual do Banco Santander, antes de a Câmara dos Deputados iniciar a votação da reforma política.

Segundo o próprio presidente, seu governo estaria quebrando esse paradigma centralizador e trabalharia para "quebrar esse ciclo histórico de que a cada 25, 30 anos haveria a necessidade de um novo Estado". Temer afirmou que o que é preciso é seguir as diretrizes da Constituição de 1988 e "continuar com as adequações modernizantes da estrutura governativa, econômica e social".

Ao comentar medidas tomadas como a PEC do Teto dos Gastos, o projeto de terceirização, a reforma trabalhista e o novo modelo de governança nas estatais, Temer afirmou que o seu governo "fez em 17 meses o que não foi feito em 20 anos". "Um debate franco sobre o Brasil exige reconhecer que os últimos anos têm sido desafiadores, mas que agora o Brasil tem rumo", disse o presidente.

Segundo ele, "a pressa é o que move um governo de 15 meses". O presidente afirmou ainda que a reforma da Previdência é uma "reforma para hoje" – e usou o Rio como o "resultado de uma crise previdenciária". "Temos de reformular a Previdência em pouquíssimo tempo", disse. Ele afirmou ainda que a reforma da Previdência vai atingir os privilegiados do serviço público e não o trabalhador que ganha um ou dois salários mínimos.

Para o presidente, as críticas à reforma são apenas de natureza política. Elogio. Presente no evento, o presidente do Santander Brasil, Sérgio Rial, elogiou Temer, dizendo que neste governo houve uma "mudança importante na doutrina econômica" do País.

Estados maquiavam rombo da Previdência e declaram quase R\$ 30 bilhões a menos

Déficit previdenciário. Governos estaduais informaram ao Tesouro um déficit de R\$ 55 bilhões no ano passado com pagamento de aposentadorias e pensões, mas a União detectou que o rombo é de R\$ 84,4 bilhões; a prática é condenada pelo TCU

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Os Estados declararam no ano passado um rombo R\$ 30 bilhões menor na Previdência do que o apurado pelo Tesouro Nacional. O boletim anual que vai ser divulgado hoje e foi antecipado ao "Estadão/ Broadcast" mostra que os governos regionais informaram déficit de R\$ 55 bilhões com o pagamento de aposentadorias e pensões, mas o Tesouro detectou que o rombo é de R\$ 84,4 bilhões. A prática é condenada pelo Tribunal de Contas da União

(TCU). Embora usem uma contabilidade diferente, os Estados referendaram os cálculos do Tesouro.

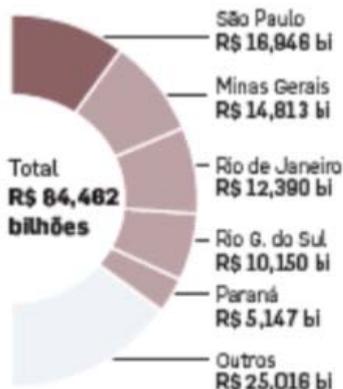
A União faz um acompanhamento anual das contas estaduais para a renegociação de dívida. E, dentro desse programa de acompanhamento, os Estados admitiram que há diferenças nas informações. "Há diferenças de apuração e precisamos trabalhar juntos pela convergência", diz a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi. "Temos de estar na mesma página do ponto de vista contábil." O presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), André Horta, reconhece que há divergências com o Tesouro sobre a classificação de determinadas despesas, mas diz que os governos estaduais trabalham para adequar as estatísticas.

A renegociação da dívida dos Estados previu alguns dispositivos para tentar tornar essa contabilização menos desigual. "O mais correto provavelmente é algo entre os dois (modelos)", diz Horta. Gravidade. O mais grave é que a conta para o futuro também está subestimada. Surpreendentemente, o rombo nas contas da Previdência dos Estados já é maior do que as previsões feitas para os próximos anos pelos próprios governos regionais. "As decisões do presente podem estar sendo turvadas por essas estimativas, que estão minimizando o problema", adverte a secretária do Tesouro. Na sua avaliação, o retrato mais fiel da realidade dos Estados ajuda na tomada de decisões para resolver os problemas. Hoje, as dificuldades estão escondidas por números irreais.

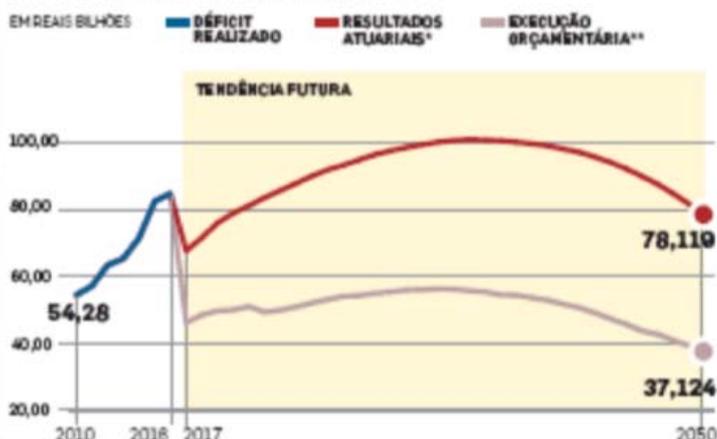
MINIMIZANDO O PROBLEMA

Os maiores rombos

● Déficit segundo o Tesouro



Déficit da Previdência dos Estados



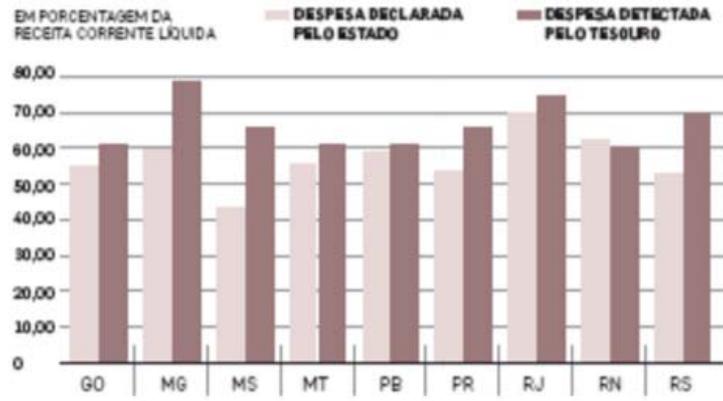
*Levem em conta, entre outras coisas, a idade dos beneficiários e a expectativa de vida deles no momento da concessão do benefício. Esses dados são informados pelo TCU.
 **E o quanto os Estados planejam gastar com o pagamento de aposentadorias e pensões a seus servidores. Os números são informados ao Ministério da Fazenda. No cálculo atuarial porque os Estados usam de subterfúgios para "esconder" os gastos com Previdência.





Gastos com pessoal

● Nove Estados estão acima do limite de 60% de gastos com pessoal



nos Estados à Secretaria da Previdência
essas projeções são menores do que as feitas com base

Gasto com pessoal consome 60% da receita dos Estados

Aumento de despesas previdenciárias contribuiu para que 9 Estados ultrapassassem limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal

Adriana Fernandes e Idiana TomazeUi / Brasília

O crescimento dos gastos com Previdência foi um dos fatores que contribuíram para a explosão das despesas com pessoal nos Estados. Entre 2010 e 2016, a participação do quanto esses gastos abocanham de todas as receitas arrecadadas cresceu 6,9 pontos percentuais, para 59,8%, um número considerado elevado pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi. Isso significa que de cada R\$ 100 que os Estados arrecadam, R\$ 60 são gastos para pagar as despesas com funcionários, aposentados e pensionistas.

O que mais chama a atenção, segundo a secretária, é a velocidade desse processo de desequilíbrio fiscal que pode agravar ainda mais a já delicada situação das finanças estaduais num contexto de queda de arrecadação. "A consequência disso foi a compressão de investimentos e o aumento dos desequilíbrios nos orçamentos."

Diante dessa ampliação nas despesas com pessoal, nove Estados ultrapassaram em 2016 os

limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para esses gastos. O teto é o equivalente a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), mas Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Norte destinaram mais do que isso ao pagamento de sua folha no ano passado. O recordista é Minas Gerais, com 78,76% de sua RCL comprometida com pessoal. Uma situação altamente alarmante e que sufoca a capacidade de o governo estadual oferecer os serviços essenciais que são de sua responsabilidade, como educação e policiamento.

Apenas dois Estados usam a mesma metodologia do Tesouro para esse cálculo: Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. O restante recorre a subterfúgios, muitas vezes patrocinados por seus Tribunais de Contas Estaduais (TCEs), para maquiagem as contas e muitas vezes descontar despesas que deveriam ser consideradas como de pessoal.

"Há diferenças de apuração e precisamos trabalhar juntos pela convergência", diz a secretária. Esse alinhamento é ainda mais importante para aqueles que pretendem aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). "Temos de estar na mesma página do ponto de vista contábil." Estados com pesadas despesas

com servidores inativos como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul precisaram adotar medidas de aperto, como a elevação da contribuição previdenciária, e estão hoje na fila por socorro da União. O governo fluminense já protocolou o pedido de adesão ao RRF e a administração gaúcha está em tratativas para a elaboração do plano de recuperação.

Pelos dados do boletim, apenas um Estado hoje está habilitado a aderir ao RRF, que é o Rio de Janeiro. Ironicamente, o Rio Grande do Sul, que já está em negociação para ter o socorro, precisará antes reconhecer que seus gastos com pessoal têm pesado mais para sua grave situação fiscal do que mostram os dados do próprio Estado.

Avanços. Apesar desse quadro, o Tesouro observou que a situação financeira dos Estados melhorou no ano passado, e eles conseguiram adiar menos despesas. Os atrasos e deficiências que chegaram a R\$ 19,9 bilhões em 2015 caíram a R\$ 13,7 bilhões no ano passado. "Diminuí o grau de postergação de despesas para o ano seguinte", Ana Paula. Segundo ela, houve um esforço na contenção de despesas com servidores ativos, o que contribuiu para a melhora nas contas. Em média, o gasto com a folha caiu 3,07% em termos reais em 2016 em relação ao ano





anterior.

"O que observamos é que a situação dos Estados melhorou, mas isso não indica uma melhora definitiva", diz Ana Paula Vescovi. Apesar dos esforços dos Estados para conter os gastos com servidores ativos no último ano, essa despesa têm tido crescimento acelerado nos últimos anos. Na média, o avanço real, já descontada a inflação, foi de 23,7% de 2010 a 2016. Esse aumento no gasto com a folha foi liderado por Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde essas despesas cresceram mais de 40% acima da inflação no mesmo período.

Na edição do boletim com dados de 2015, oito Estados estavam desenquadrados nos gastos com pessoal segundo o Tesouro Nacional, mas apenas um reconhecia essa realidade. Havia ainda a situação irônica do Tocantins, que dizia extrapolar o limite, o que não ocorria de fato nas contas do governo federal.

Congresso vai aprovar pacote, afirma Oliveira

Ministro diz que as medidas foram testadas e discutidas com as lideranças do Parlamento

Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Lorena Rodrigues / Brasília

Um dia após o anúncio da ampliação das metas de déficit fiscal para R\$ 159 bilhões neste e no próximo ano, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse ao "Estadão/Broadcast" que o governo tem plena confiança na aprovação das medidas de corte de gasto de pessoal e tributárias que reforçarão o caixa do governo em 2018. As iniciativas foram "testadas", segundo ele, e o resultado mostrou que há apoio suficiente para aprová-las.

"Dentro das discussões, as medidas foram testadas e discutidas com líderes do Congresso e houve a avaliação de que há viabilidade alta de serem aprovadas", afirmou Oliveira, que concedeu a entrevista no seu gabinete no Ministério do Planejamento, onde acompanhou ao longo do dia ontem a repercussão do anúncio feito terça-feira à noite.

Em resposta às críticas, Oliveira deixou claro que a solução permanente para a crise fiscal é a aprovação da reforma da Previdência. O ministro admitiu que as medidas que foram anunciadas são limitadas pelo seu próprio tamanho. "Tudo ou mais que se faça não é comparável a uma despesa que

representa 57% do conjunto dos gastos, são R\$ 730 bilhões", disse.

Segundo o ministro, o governo tem tido taxa de sucesso altíssima no Congresso. Ele acrescentou que não há "gordura" nenhuma nas medidas que foram apresentadas ontem para serem negociadas no Congresso. "Aqui, todo mundo é fitness", brincou.

O ministro antecipou que, para acelerar a tramitação da medida que vai pôr em prática o teto do funcionalismo, o governo decidiu apoiar projeto da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) sobre o tema. O governo quer aproveitar o projeto na Câmara porque ele já foi aprovado no Senado, o que adianta a tramitação. O texto detalhará quais verbas serão incluídas no cálculo do teto, hoje em R\$ 33,7 mil, mas o ministro defendeu que esse valor valha para todos os funcionários públicos, inclusive ministros de Estado como ele, que muitas vezes recebem verbas indenizatórias que hoje não entram nessa conta.

A expectativa é que o adiamento do reajuste dos servidores também seja aprovado no Congresso, apesar de sindicatos de várias categorias já pressionarem os parlamentares contra as medidas. Oliveira indicou que não deve partir para o confronto com o funcionalismo e que as medidas serão detalhadas e discutidas com as categorias. "Não tenho animosidade nenhuma com os servidores. Estamos colocando uma

situação de dificuldade financeira do Estado e acredito que a sociedade compreende isso. Vamos dialogar."

O ministro negou que tenha sido um erro manter em 2016 os aumentos acertados ainda no governo Dilma. Ele ponderou que a inflação foi muito menor do que se esperava, o que afetou a arrecadação do governo. "O contexto fiscal se deteriorou além do que prevíamos. Com aquelas informações, naquela época, a decisão foi a que consideramos acertada", afirmou.

Lucros e dividendos. O governo concluiu que o aumento de tributos enfrentaria forte resistência e decidiu deixá-los de fora do pacote. "Há resistência geral da sociedade a qualquer tipo de aumento de impostos", disse. Apesar disso, o ministro ponderou que a carga tributária efetivamente paga está caindo nos últimos anos e saiu de uma média de 22,4% de 2002 a 2010 para 20% em 2017. "Isso tem que ser esclarecido", completou.

Oliveira ressaltou que mesmo o aumento de tributos que atingem pessoas de renda mais elevada encontram resistência, inclusive a tributação de lucros e dividendos. O ministro deu pistas de que a correção de distorções nesse item pode ser uma frente a ser atacada. "Tributar de novo o dividendo é um negócio perigoso. O que temos são distorções que geram uma não tributação na empresa e na renda", afirmou. "Isso merece ser estudado."

Pré-sal pode garantir reforço no caixa

BRASÍLIA- Embora ainda não sejam receitas incorporadas ao Orçamento de 2018, o governo conta com recursos que podem vir da renegociação com a Petrobrás dos preços fixados no contrato de cessão onerosa de áreas de exploração de petróleo no pré-sal. "Isso pode dar um dinheiro considerável", disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Ele afirmou ainda não ter os cálculos precisos de quanto pode ser obtido com esse "realinhamento de preços". Mas essa é uma das medidas que pode incrementar a previsão de arrecadação de R\$ 20 bilhões com concessões no ano que vem.

A estatal, por sua vez, se diz credora do governo e chegou a sugerir que ganhasse o direito de explorar uma quantidade maior de petróleo nessas áreas como compensação./A.F., i.t. e L.R)

Líderes preveem resistência dos parlamentares

Retaliação a vetos de Temer à LDO, adiamento dos reajustes dos servidores e aumento das alíquotas previdenciárias explicam posição

Igor Gadelha
Idiana Tomazelli

Lideranças do governo no Congresso Nacional preveem forte resistência de parlamentares para aprovar a revisão das metas fiscais que permitem rombo de R\$ 159 bilhões neste e no próximo ano. Para eles, também haverá grande dificuldade para que o pacote de medidas que atingem os servidores públicos passem da forma como a equipe econômica divulgou. As propostas tramitarão de forma separada.

A intenção do governo de aprovar a mudança na meta fiscal de 2018 até 31 de agosto, quando terá que enviar o Orçamento ao Congresso Nacional, deve

esbarrar na Comissão Mista de Orçamento (CMO), cujos integrantes ameaçam emperrar a apreciação dos novos números como retaliação ao vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018.

“Não estou me colocando contra esse objetivo, mas acho pouco provável que isso aconteça”, disse o presidente do colegiado, senador Dário Berger (PMDB-SC). “Na CMO teremos que construir um acordo, porque a comissão é muito sensível ao tema”, reconheceu o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE). Relator da LDO 2018, o deputado Marcos Pestana (PSDBMG) dá o tom da resistência.

“Meta é uma coisa que você segue, aumentar o déficit não é meta, é rendição a uma realidade”, afirmou. O tucano disse acreditar

que, somente após o governo explicar os vetos, a resistência diminuirá: “Se explicar, acho que vira a página.”

Funcionalismo.

No caso do pacote, a maior resistência esperada é em relação às medidas que atingem os servidores públicos, entre elas, o aumento da alíquota previdenciária dos atuais 11% para até 14% sobre o salário e o adiamento da concessão de reajuste salariais previstos inicialmente para janeiro de 2018. “Essas devem apresentar maior resistência”, disse o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ressaltou, porém, que a recente decisão da maioria do pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) de não incluir proposta de reajuste salarial dos ministros da Corte pode “ajudar” nesse processo.





MEDIDAS PARA CUMPRIR A META

Do lado das receitas

	EXPECTATIVA DE ARRECADAÇÃO	TRAMITAÇÃO
• Tributação sobre fundos de investimento exclusivo *	R\$ 6 bi	Por projeto de lei, ou seja, precisa passar por comissões e depois ser aprovado nos plenários da Câmara e do Senado
• Congelamento da alíquota do Reintegra**	R\$ 2,6 bi	Por decreto, com vigência imediata
• Fim da desoneração da folha de pagamento	R\$ 4 bi	Governo desistiu de uma medida provisória (que entraria em vigor assim que fosse editada) e vai mandar um projeto de lei
• Elevação de 11% para até 14% da contribuição previdenciária de servidores públicos	R\$ 1,9 bi	Por projeto de lei

*ESTRUTURADOS PARA ATENDER UM ÚNICO INVESTIDOR OU NÚMERO RESTRITO DE ATÉ 20 COTISTAS DE ALTA RENDA

**PROGRAMA QUE DEVOLVE PARTE DOS TRIBUTOS PAGOS POR EXPORTADORES

Do lado das despesas

	IMPACTO ANUALIZADO	TRAMITAÇÃO
• Adiamento em um ano dos reajustes concedidos aos servidores civis do Executivo***	R\$ 5,1 bi (2018)	Por projeto de lei, ou seja, precisa passar por comissões e depois ser aprovado nos plenários da Câmara e do Senado
• Aumento das alíquotas de contribuição previdenciária para até 14% dos servidores	R\$ 1,9 bi (2018)	Por projeto de lei
• Implantação efetiva do teto de R\$ 33,7 mil para todos os servidores de todos os Poderes	R\$ 725 mi	O governo vai apoiar o projeto da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), já aprovado no Senado. Precisa ser aprovado na Câmara
• Cancelamento de reajustes para cargos comissionados e gratificações	R\$ 175 mi	Por projeto de lei
• Redução de gastos com ajuda de custo	R\$ 49 mi	Por projeto de lei
• Redução de gastos com auxílio-moradia	R\$ 35,6 mi	Por projeto de lei
• Redução do salário inicial e aumento da quantidade de níveis para promoção nas carreiras	R\$ 18,6 bi (em 5 anos)	Por projeto de lei
• Extinção de 60 mil cargos vagos no Poder Executivo	Evita elevar despesa futura	Decreto, com vigência imediata

***PREVISTOS PARA JANEIRO/18 E AGOSTO/18

Taxar fundos pode render mais de R\$ 6 bilhões

Governo preferiu ser conservador, mas mudança na tributação dos fundos exclusivos de investimentos pode gerar até mais de R\$ 10 bi aos cofres públicos

Adriana Fernandes / Brasília

A mudança de tributação dos fundos exclusivos de investimentos tem potencial de arrecadação superior aos R\$ 6 bilhões previstos no pacote de medidas anunciado ontem pela equipe econômica para reforçar o caixa federal em 2018. O governo preferiu ser conservador, mas a mudança pode chegar a R\$ 10 bilhões ou "até mais", apurou o "Estadão/Broadcast". A cobrança poderá ser feita em janeiro. A data está sendo definida, mas poderá ser no segundo dia útil de janeiro. A alteração tributária entrou no cardápio de medidas anunciadas ontem pela equipe porque atinge grandes poupadores. A equipe econômica também pode "embalar" a alteração como se não fosse um aumento de impostos.

O governo avalia que contará com apoio da opinião pública para pressionar o Congresso a aprovar a mudança. Segundo um integrante da equipe econômica, a tributação

anual das cotas dos fundos é uma medida muito forte, porque atinge hoje recursos que só são tributados no momento do resgate. Outras medidas que estavam em estudo ficaram em banho-maria, mas não estão descartadas. A "harmonização" da tributação das aplicações financeiras - uma medida que vai além da necessidade de arrecadação - continua em análise.

Segundo fontes, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chegou à conclusão, nas conversas com lideranças políticas, que não adiantava enviar um pacote tributário maior porque não passaria no Congresso neste momento. A posição do Congresso reflete a resistência da população a qualquer tipo de alta da carga tributária, mesmo que as medidas envolvam elevação da tributação para a população de renda mais elevada. Há um reconhecimento na área econômica de que a comunicação dessas medidas tem sido falha.

Embora não promova a elevação de alíquotas do Imposto de Renda, a mudança da tributação dos fundos exclusivos fechados de investimento representa, na

prática, uma alta de imposto e precisa ser aprovada até o final do ano para entrar em vigor no ano que vem. Servidores. Da mesma forma, a equipe econômica espera que a população pressione o Congresso a congelar o reajuste do salário dos servidores. O governo também conta com o apoio popular às outras medidas de contenção de gastos com pessoal.

Espera-se na área econômica grande reação dos servidores e forte pressão no Congresso, mas ao final o governo acredita que a aprovação ocorrerá a tempo de ajudar a cumprir o Orçamento de 2018. Apesar das críticas às mudanças das metas, a avaliação na equipe econômica é de que a repercussão ao pacote foi boa. O acompanhamento dos ativos do mercado ao longo do dia mostrou preços "comportados".

Há um entendimento também de que boa parte das críticas que têm sido feitas por parlamentares, entre elas a de que a equipe econômica errou na avaliação dos números fiscais para 2017 e 2018, já refletem o jogo das eleições de 2018, com os partidos movimentado as "peças do xadrez".

Congonhas em pacote divide Ministérios

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

As medidas da área econômica para dar sustentação à nova meta fiscal atropelaram planos de outros ministérios, mas as reações foram variadas. Enquanto o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, deixou clara sua oposição a um dos pontos, a concessão do aeroporto de Congonhas (SP), o ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Pereira, teve uma reação moderada contra o corte do Reintegra, um programa de estímulo às exportações.

Para fechar as contas de 2018, a área econômica incluiu a concessão do aeroporto paulista, com um valor mínimo preliminarmente estimado em R\$ 5,6 bilhões, nos planos do governo. Nisso, bateu de frente com a proposta dos Transportes, que prefere conceder Santos Dumont (RJ), e manter Congonhas

para garantir um fluxo forte de receitas para a Infraero.

Questionado se Congonhas seria incluído na lista de concessões no próximo dia 23, quando haverá uma reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Quintella afirmou que, se for, será "por proposta da Fazenda e do Planejamento."

Para Quintella, a concessão de Congonhas "não é a melhor solução" porque inviabilizaria o plano de sustentação da Infraero. Assim, a decisão seria pautada pelo interesse no ajuste fiscal, e não na lógica do que seria melhor para a estrutura de transportes do País.

A proposta defendida por Quintella é incluir, no programa de concessões, três blocos formados por terminais rentáveis e outros deficitários. Eles seriam liderados

por Santos Dumont, Recife (PE) e Cuiabá (MT). Agora, com a inclusão de Congonhas, o aeroporto do Rio será excluído.

Segundo o ministro, a questão ainda está em aberto. No entanto, a decisão de conceder o aeroporto foi confirmada ontem pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Reintegra. Atingido pelo pacote da área econômica com uma medida que, na prática, vai cortar os estímulos às empresas exportadoras, o ministro Marcos Pereira preferiu não bater de frente. "Não é o ideal para o setor produtivo, mas é o possível para o momento atual", disse.

Para poupar R\$ 2,6 bilhões no ano que vem, a área econômica decidiu manter nos atuais 2% do valor exportado o estímulo dado às empresas que vendem para o exterior. Pela lei, essa alíquota subiria para 3% no ano que vem.

REPÚBLICA EM TRANSE »

A ideia é fechar o valor só em dezembro



Bate-boca na comissão especial da reforma política: discussão seguiu para o plenário, mas falta de quórum impediu a votação

Deputados debatem apenas o texto-base da reforma política e deixam a votação dos temas mais polêmicos, como o distritão e o fundo bilionário para campanhas eleitorais, para a semana que vem. Mas o total da verba será decidido na Comissão Mista de Orçamento

» BERNARDO BITTAR
ESPECIAL PARA O CORREIO
» NATÁLIA LAMBERT
» PAULO DE TARSO LYRA

Um dia após o governo aumentar em R\$ 20 bilhões o rombo da meta fiscal e anunciar cortes em vários setores, inclusive, no reajuste do

salário mínimo para o ano que vem, deputados passaram a quarta-feira montando estratégias para justificar a criação de um fundo público de financiamento de campanha eleitoral. Previsto inicialmente para chegar a R\$ 3,6 bilhões, ao longo do dia, o valor caiu para R\$ 2 bilhões e, no fim, os parlamentares jogaram a polêmica da definição da cifra e da origem dos recursos para depois. A missão caberá à Comissão Mista de Orçamento, em dezembro.

Por meio de um acordo entre os líderes partidários, o plenário fatiou a proposta e debateu apenas o texto-base da reforma política — sem os destaques —, que prevê o

mandato dos membros dos tribunais superiores, mudanças nas datas de posse e o ainda controverso financiamento de campanha. “Para tirar da sociedade é fácil. Cortam salários e fazem mudanças. Na hora de criar um fundo bilionário que beneficia o Legislativo, ocorre na mesma rapidez. A diferença é que, esta Casa, que devia prestigiar o povo, só toma decisões contra ele”, disse o deputado Glauber Braga (RJ), líder do PSol.

Destaques importantes, como o “distritão” e o próprio financiamento das campanhas, foram jogados para a semana que vem, conforme antecipou o Correio. Embora tenha ido a plenário, a PEC 77/2003 não foi votada porque um requerimento de encerramento de discussão foi aprovado com 361 votos. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encerrou a sessão, alegando ainda a falta de quórum. “Não dá para votar com 430 pessoas aqui dentro”, disse Maia. Os trabalhos recomeçam na próxima terça-feira.

Consultados pela reportagem, assessores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) afirmaram que o fato de a definição dos valores e a origem do fundo terem ficado para dezembro não fere as regras eleitorais de alterações até um ano antes da eleição. Para valer no pleito do ano que vem, basta ser criado até outubro, os detalhes podem ser





discutidos depois.

Senado

Apesar de a reforma política ainda estar na Câmara, os senadores tiveram grande participação nos debates. O recado de que o fundo não passaria na Casa foi enviado logo cedo ao plenário vizinho. O relator da reforma política, Vicente Cândido (PT-SP), foi convidado a almoçar no gabinete do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). O grupo avaliou que, com a revisão das metas de déficit e os indicadores econômicos deteriorados, é impossível convencer o eleitorado a doar para eleger a atual classe política.

A recusa do Senado em relação ao tema fez o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, rever a decisão de colocar a reforma toda em votação. Em reunião com parlamentares próximos, afirmou que não poderia permitir esse desgaste à Câmara. “Não podemos deixar que eles apareçam como os bonzinhos que derrubaram o fundão aprovado por nós”, disse Maia a colegas.

Para Eunício Oliveira, o melhor seria o retorno do financiamento privado de campanha, mas correligionários entendem que a mudança é inviável. “Com a Lava-Jato aí, quem vai doar alguma coisa para os políticos? Tudo vai ser rastreado e vão querer saber de onde veio cada centavo”, disse Renan Calheiros. Por isso, o ex-presidente do Senado defende um modelo misto: financiamento por empresas — com regras e limites claros — e público. A ideia deve nortear os debates quando a proposta chegar ao Senado.

Críticas

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é contrária à reforma política que tramita na Câmara. De acordo com o presidente da entidade, Claudio Lamachia, a mudança mais grave é a que prevê a possibilidade de se ocultar doações de pessoas físicas em campanhas eleitorais. A proposta permite ao doador pedir que o nome seja ocultado, com acesso apenas da Justiça Eleitoral e de órgãos de controle. “Se a medida for aprovada, vamos levar ao STF. A ocultação do nome dos doadores fere princípios constitucionais e até mesmo a moralidade”, destacou.

CONTAS PÚBLICAS »

Meta de 2018 depende de receitas incertas

Maior parte dos recursos com que o governo conta no próximo ano para cumprir a promessa de limitar o rombo fiscal a R\$ 159 bilhões depende de aprovação de projetos de lei, mas Congresso tem restrições às propostas

ROSANA HESSEL
ALESSANDRA AZEVEDO

Ao propor a ampliação das metas de déficit de 2017 e de 2018 para R\$ 159 bilhões nos dois anos, o governo continua contando com receitas que podem não se concretizar. No ano que vem, por exemplo, apenas o pacote de medidas anunciado pelos ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento) prevê R\$ 24,7 bilhões em arrecadação e economia de gastos, dos quais R\$ 21,1 bilhões dependem de aprovação do Congresso, seja por projetos de lei ordinária ou de lei complementar que estão sendo preparados pela equipe econômica.

Os R\$ 21,1 bilhões equivalem a 70,4% dos R\$ 30 bilhões de ampliação do objetivo fiscal de 2018, que era de até R\$ 129 bilhões. Apenas a economia de R\$ 2,6 bilhões esperada com o Reintegra, programa de incentivo fiscal a exportadores, é que não precisará de aval do Legislativo. Todas as demais medidas, como o teto para

a remuneração do funcionalismo, o adiamento de reajustes salariais e a maior tributação de fundos de investimento exclusivos precisam passar pelo Congresso.

Neste ano, a previsão de receitas extras é de R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 25,7 bilhões em concessões na área de infraestrutura. Para o ano que vem, o governo espera arrecadar R\$ 18 bilhões com privatizações. A frustração com essas previsões é crescente e analistas apostam que o presidente Michel Temer não terá forças para evitar uma nova alteração das metas, como fazia Dilma Rousseff.

A economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics, de Washington, considerou as novas metas fiscais nada críveis devido ao elevado volume de receitas que podem ser frustradas. “Existe um risco alto de as metas não serem cumpridas. O compromisso do governo é salvar a própria pele, e o do Congresso, também. Por isso, o Legislativo vai entrar em rota de colisão com Temer na hora de aprovar as reformas e as medidas impopulares”, alertou. Para ela, se as novas metas ficassem acima de R\$ 159 bilhões, o rebaixamento do país pelas agências internacionais de risco seria imediato. “Elas continuam atentas e, se perceberem que a reforma da Previdência não vai ser aprovada em setembro, a nota mais

baixa virá”, afirmou.

“As receitas extraordinárias dependem do Congresso e de investidores, que não participarão dos leilões de infraestrutura se o governo continuar fraco como está. Os déficits deverão ficar maiores do que R\$ 159 bilhões. Do ponto de vista econômico, será um desastre”, afirmou o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco. “Boa parte das medidas contra o funcionalismo pode passar no Congresso. E o imposto dos fundos, também, mas não a reoneração da folha. O governo vai precisar de muita sorte para aprovar essas receitas extraordinárias”, avaliou o cientista político Christopher Garman, diretor-geral para as Américas da consultoria Eurasia.

Para piorar, o governo está correndo contra o tempo para aprovar o projeto de lei complementar (PLP) com as novas metas até 31 de agosto. Ontem à noite, o texto foi enviado para a Casa Civil pelo Planejamento. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Dário Berger (PMDB-SC), disse ao Correio que não foi informado sobre quando o projeto chegará ao Congresso e avaliou que não será possível aprová-lo até o fim do mês. Isso porque Temer vetou 67 artigos e anexos da LDO de 2018 e causou um tremendo mal-estar no colegiado. “Com toda a confusão dos vetos, é





difícil ter clima para aprovar a mudança da meta”, afirmou Berger.

Procurado, o Palácio do Planalto não comentou o assunto. O Ministério da Fazenda informou que confia na aprovação do projeto até o fim deste mês. “Aumento da meta fiscal é uma decisão que não agrada a ninguém, porque déficit é ruim em

qualquer circunstância”, disse ao Correio o líder do PMDB no Senado, Raimundo Lira (PB). O governo também precisa enviar ao Congresso o Orçamento do ano que vem e o detalhamento da liberação de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões do contingenciamento deste ano até o dia 31.

Na corda bamba

Medidas que precisam de aprovação do Legislativo para entrarem em vigor representam 70,3% do aumento da meta fiscal de 2018

Medida	Tipo de projeto	Arrecadação prevista em 2018 (em R\$)
Tributação de fundos de investimento	PL	6,5 bilhões
Reintegra — manutenção da taxa de isenção em 2%	Decreto	2,6 bilhões
Reoneração da folha de pagamento	PL	4,0 bilhões
Aumento da contribuição previdenciária dos servidores	PL	1,9 bilhão
Postergar reajuste de servidor de 2018 para 2019	PL	5,1 bilhões
Teto remuneratório	PLP	725 milhões
Cancelar reajuste de comissionados	PL	125 milhões
Limitar ajuda de custo dos servidores	PL	49 milhões
Limitar auxílio moradia de servidores	PL	35,6 milhões
Extinção de 60 mil cargos vagos no Executivo	Decreto	Evita aumento de despesa futura
Reestruturação de carreiras	PL	3,7 bilhões*
Total		
24,7 bilhões	Medidas que dependem do Congresso	21,1 bilhões

*valor médio anual para a economia de R\$ 18,6 bilhões prevista em cinco anos

Legenda

PL - Projeto de Lei Ordinária - precisa de maioria simples para ser aprovado.

PLP - Projeto de Lei Complementar - precisa de maioria absoluta para ser aprovado.



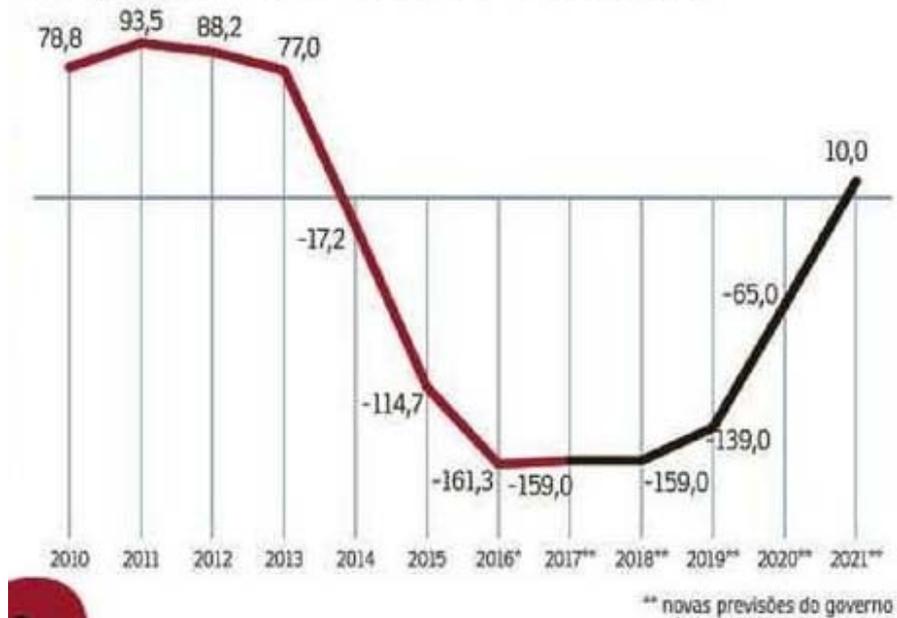


Novos parâmetros Anterior Novo

*PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.244,3	7.137,9
*IPCA acumulado em 12 meses (%)	4,5	4,2
*Taxa Selic (% ao ano)	9,0	8,0
*Taxa de câmbio média (R\$ / US\$)	3,30	3,40
*Salário mínimo (R\$)	979,0	969,0

Para onde vai o rombo

Evolução do resultado primário do governo federal (R\$ bilhões)



Urubus na rota do ajuste

VICENTE NUNES



O governo grita pela necessidade de o país fazer um duro ajuste fiscal, mas não cansa de dar maus exemplos. Um apartamento de quase 140 metros quadrados no Bloco D da quadra 304, na Asa Norte, área nobre de Brasília, está sendo ocupado por uma família de urubus.

Diante do abandono do imóvel, avaliado em mais de R\$ 1 milhão, um casal de urubus se sentiu confortável para habitá-lo. E deu cria de dois filhotes.

Os moradores, vendo o constante entra e sai dos urubus no apartamento, construído com dinheiro público, chamaram a Vigilância Sanitária para desalojar os indesejados inquilinos. Mas terão que esperar.

Segundo os fiscais da Vigilância Sanitária, os filhotes ainda estão muito pequenos e, como os urubus pais são muito zelosos e alimentam bem as crias, seria um risco remover a família agora, pois os urubuzinhos poderiam morrer.

A retirada dos ocupantes do apartamento funcional só será feita quando os urubus filhos ganharem mais porte e força para se alimentarem sozinhos.

Meirelles se desgasta

PAULO DE TARSO LYRA

O anúncio antecipado da meta de déficit fiscal de R\$ 159 bilhões pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), expôs o desgaste vivido pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no governo. Aliados do presidente Michel Temer garantem que não há chances de Meirelles ser exonerado da pasta. Mas o projeto político do titular da economia de ser uma alternativa viável para 2018 ficou bem mais distante.

Jucá resolveu anunciar o pacote fiscal antes da coletiva marcada pela equipe econômica por avaliar, junto com os principais integrantes do governo — incluindo o próprio Temer —, que Meirelles adota uma postura individualista. “Ele está fritando o núcleo político do governo. Quer empurrar para o Congresso o desgaste de aumentar a meta e aprovar medidas amargas e ficar com o bônus de corrigir os rumos da economia”, criticou um peemedebista.

Aliados do presidente reclamam que Meirelles vazou que a meta

poderia ser elevada para R\$ 170 bilhões a pedido do Congresso. “Eu jamais participei de qualquer reunião no governo no qual esse número tenha sido mencionado. A meta sempre foi de R\$ 159,6 bilhões”, garantiu o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que publicou nas redes sociais no início desta semana uma negativa de que a meta seria ampliada para R\$ 170 bilhões tentou ontem ser mais contemporizador. “Ninguém sofreu desgaste. O ministro Meirelles é o condutor da política econômica do governo. Ele teve sensibilidade para conduzir esse processo e, na minha opinião, conduziu magistralmente e chegamos aqui bem”, assegurou Padilha.

Meirelles, por seu lado, também tem críticas ao próprio presidente, por achar que o titular do Planalto tem pouca disposição para brigar com a classe política. O ministro tem reclamado das concessões feitas a diversos setores e das mudanças, por exemplo, na reforma da Previdência e no Refis, para atender a interesses dos parlamentares.

CONTAS PÚBLICAS »

Agrado a militares custa R\$ 4,6 bi



Jungmann (à frente), com oficiais do Exército: ministro da Defesa transmitiu ao presidente Michel Temer o descontentamento da caserna

Valor economizado com adiamento de reajuste salarial em 2018 encolhe com a exclusão de integrantes das Forças Armadas da medida

ANTONIO TEMÓTEO

As pressões da cúpula das Forças Armadas garantiram aos militares o reajuste salarial previsto para 2018, enquanto os servidores civis terão a revisão nos contracheques adiada para 2019. A decisão do governo foi anunciada na última terça-feira pelos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, e custará R\$ 4,6 bilhões aos cofres públicos no próximo ano.

A estimativa inicial do Executivo era de economizar até R\$ 9,7 bilhões com o adiamento das revisões de servidores civis e militares. Entretanto, o valor encolheu para R\$ 5,1 bilhões após fortes articulações dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. O presidente Michel Temer ouviu o apelo da ala política do Palácio do Planalto, que alegou não ser um bom momento para comprar briga com a caserna.

Os militares também ficaram de fora da proposta de reforma da Previdência. Apesar de toda a pressão do Ministério do Planejamento para que integrantes das três forças dessem sua cota de sacrifício, o Planalto achou por bem

ouvir o ministro da Defesa, Raul Jungmann, que repassou a Temer um quadro nada agradável de rebelião dos altos escalões militares.

Segundo políticos ligados ao Planalto, os militares foram muito prejudicados nos últimos anos. Portanto, não seria justo mantê-los sem reajuste em 2018. Já os servidores civis tiveram correções generosas ao longo da última década, além de receberem remunerações muito maiores que as de integrantes das Forças Armadas.

O líder do governo do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), procurou minimizar a decisão do Executivo. Segundo ele, estava em debate a possibilidade de concessão de um novo reajuste para os militares, além do já acertado para 2018, mas a medida foi descartada diante do aumento do rombo fiscal e da frustração de receitas. Em junho, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, havia afirmado, em entrevista ao programa Forças do Brasil, da Rádio Nacional, que o Executivo reajustaria o salário dos militares, de forma a assegurar paridade salarial com as demais carreiras de Estado.

De acordo com ele, o aumento seria escalonado e os percentuais estavam sendo discutidos entre a Defesa e a equipe econômica, com a participação dos comandantes da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. A medida seria uma





contrapartida à reforma da Previdência dos militares.

Anteontem, durante o anúncio da mudança da meta fiscal, que projetou sucessivos rombos fiscais até 2020, o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, informou que os reajustes previstos para os militares em 2018 estavam mantidos e não seriam suspensos para preservar as discussões sobre a reforma da Previdência das Forças Armadas, que será encaminhada ao Congresso após a revisão nas normas para concessão de aposentadorias aos civis.

Regras

Técnicos da equipe econômica e o próprio Jungmann defendem a fixação de idade mínima para a transferência de militares para a reserva. Entretanto, os integrantes das Forças Armadas preferem contribuir para a previdência por mais tempo. Os comandantes querem que os pagamentos regulares sejam feitos por 35 anos, em vez de 30 anos, como é hoje. O governo, entretanto, já definiu que soldados, cabos e pensionistas passarão a contribuir para a aposentadoria.

Atualmente, os militares transferidos para a reserva continuam recolhendo para o sistema, mas, na pensão por morte,

a contribuição é suspensa. Soldados e cabos também não fazem pagamentos regulares. Outro consenso dos técnicos do governo é que a contribuição atual, de 7,5%, deve subir. O percentual, entretanto, não está definido.

Um militar ouvido reservadamente destacou que os integrantes das Forças Armadas vivem uma realidade diferente da dos servidores civis: têm dedicação exclusiva, não podem ter outro emprego, filiar-se a sindicatos, fazer greves e não têm direito a benefícios trabalhistas, como o FGTS. “É uma vida de sacrifícios, compromisso e muita dedicação. Os militares não podem ter outro emprego como as demais categorias. Por isso, acumulam patrimônio de forma lenta”, comentou.

No caso dos civis, os reajustes previstos para janeiro e agosto do próximo ano serão adiados por 12 meses. Além disso, 60 mil cargos vagos serão extintos e será estabelecida uma alíquota de contribuição previdenciária de 14%. A Nova alíquota incidirá sobre o montante do salário que exceder o valor equivalente ao teto dos benefícios pagos aos aposentados da iniciativa privada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje em R\$ 5.531.

Mínimo cai para R\$ 969

ROSANA HESSEL

A proposta de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 prevê, além da mudança da meta fiscal, uma redução de R\$ 10 no salário mínimo projetado para o ano que vem. O governo explicou que, como a expectativa de inflação diminuiu, a previsão do valor do piso passou de R\$ 979 para R\$ 969.

Cada real de economia no salário mínimo implica em uma redução de R\$ 32 milhões por mês nos gastos da Previdência Social, os R\$ 10 a menos significarão R\$ 320 milhões de economia por mês, de acordo com cálculo feito pelo Blog do Vicente. Isso implica uma economia anual de R\$ 3,8 bilhões.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, senador Dário Berger (PMDB-SC), criticou a mudança antecipada do mínimo, que é uma

medida impopular e está gerando muitas críticas. Para ele, foi um erro estratégico.

“O custo político dessa mudança será maior do que a economia de R\$ 4 bilhões que o governo terá. O problema não são os números, mas a falta de sensibilidade política. O governo vive de imagem e ela é muito importante mesmo em momento de dificuldades. Aliás, nesses momentos é que ele não pode ampliar sua impopularidade”, avaliou Berger.

A correção do salário mínimo segue uma regra firmada nos governos petistas que vale até 2019. O piso salarial é corrigido pela soma da inflação do ano anterior e da variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, quando positiva. No caso de 2018, a fórmula considera o resultado do PIB de 2016, que foi negativo em 3,6%. A projeção de inflação deste ano caiu de 4,5% para 4,2%.

Sindicato vai à Justiça

VERABATISTA

O congelamento dos reajustes dos servidores, em 2018, se passar pelo Congresso, deverá ser condenado pelo Judiciário, segundo estudos de várias entidades sindicais. Elas apontam que a medida anunciada pelo governo, para economizar R\$ 5,1 bilhões, é inconstitucional e já foi reprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ao julgar uma ação de professores do Maranhão, o STJ obrigou o governo do estado a cumprir o acordo por entender que, na data de publicação da lei, “o reajuste passou a integrar o patrimônio jurídico dos professores”.

Para o STJ, a administração não poderia ter revogado o pagamento “em desrespeito aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos”. Eventual omissão na execução da lei caracteriza, lembrou o STJ, “crime de responsabilidade do administrador”.

Para os representantes de classe do funcionalismo, o governo não tem amparo sequer na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela determina que, quando a despesa total com pessoal exceder 95% do limite prudencial, “será vedada a concessão de aumentos/reajustes a servidores públicos”, ou seja, o

governo pode não dar aumento, mas está impedido de suspender os que já foram concedidos.

O Plenário do STF também decidiu de forma semelhante, ao reconhecer o direito adquirido a reajustes previstos em lei para servidores do Estado do Tocantins (TO). Por maioria, o STF declarou a inconstitucionalidade do não pagamento. Questionado, o Ministério do Planejamento não explicou como será concretizado esse adiamento dos reajustes acordados depois de mais de dois anos de negociação. Por meio de nota, informou que “a medida constará de ato juridicamente fundamentado, ainda a ser encaminhado ao Congresso Nacional para análise e aprovação”.

De acordo com Carlos Silva, vice-presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), quando o adiamento dos reajustes começou a ser ventilado, o Fórum pediu explicações ao Planejamento, mas não recebeu resposta. O ministério apenas informou quanto deixará de desembolsar, mas não explicou a metodologia a ser aplicada.

R\$ 5,1 bilhões

Economia que o governo quer obter, em 2018, com o adiamento do reajuste salarial dos servidores civis

Extinção inócua

A extinção de 60 mil cargos vagos no Executivo Federal, anunciada na terça-feira, é considerada uma medida inócua por especialistas, por não gerar nenhum impacto financeiro. O governo não especificou onde estão esses cargos nem explicou porque, se não tinham utilidade, ainda faziam parte do organograma oficial.

“Não há qualquer tabela, nem no Boletim, nem no Painel Estatístico de Pessoal, que aponte o quantitativo exato. Esse número tão objetivo de 60 mil não faz sentido”, criticou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. O último estudo sobre o assunto é de 2004. Pela Portaria nº 156, o Ministério do Planejamento informou que havia no Executivo 757.158 cargos, sendo 534.514 ocupados e 223.120 vagos. Desde aquele momento, já estava claro que os postos vagos não estavam disponíveis para preenchimento. “Representam saldo da administração, passíveis de análise sobre sua destinação quanto à

extinção, transformação ou aproveitamento”, informava o órgão.

Treze anos depois, por meio de nota, o Planejamento voltou a noticiar que “os cargos a serem extintos estão em processo final de mapeamento e serão priorizados os que não forem necessários, tendo em vista as novas tecnologias e as mudanças no mundo do trabalho”. Entre eles se encontram os que se tornaram obsoletos ou desalinhados com a atual estrutura organizativa, como, por exemplo, de datilógrafo, radiotelegrafista, perfurador digitador e operador de computador.

Segundo Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Servidores Federais (Condsef), que representa os funcionários administrativos — que engloba a maioria dos cargos a serem extintos —, todos os governos fazem semelhante anúncio “em tom solene e midiático para mostrar que cortam na carne”. (VB)

Sem função

Governo mapeia cargos que deixaram de ser necessários

Cargos com falta de correspondência na realidade do trabalho contemporâneo

- » Datilógrafo
- » Radiotelegrafista
- » Perfurador digitador
- » Operador de computador

Atividades que passaram para contratação indireta

- » Motorista oficial
- » Técnico de secretariado
- » Agente de vigilância

Enquadramento em planos e carreiras específicas

- » Médico no grupo “Gestão”
- » Técnico de nutrição
- » Técnico de colonização

Reorganização administrativa ou mudança do papel do Estado

- » Agente de inspeção de pesca
- » Classificador de cacau
- » Fiscal tributário do café
- » Fiscal tributário do açúcar e do álcool

Fonte: Ministério do Planejamento

CONTAS PÚBLICAS »

R\$ 2,5 trilhões somem pelo ralo



Secretário de Política Econômica, Mansueto de Almeida já contestou eficácia do Simples

Renúncia fiscal, benefícios tributários, sonegação e parcelamentos de dívidas consomem mais recursos do que todos os planos de ajuste

SIMONE KAFRUNI

Enquanto o governo arrocha o lado mais fraco, deixa passar mais de R\$ 2 trilhões em renúncia fiscal, anistia e parcelamento de dívidas e perde R\$ 500 bilhões por ano em sonegação. Sem capacidade de arrecadar o suficiente para cobrir as despesas crescentes, a equipe econômica optou por mudar a meta fiscal, ampliou o rombo das contas públicas em R\$ 20 bilhões este ano e em R\$ 30 bilhões em 2018 e anunciou o congelamento de salários

de servidores e elevação de impostos.

Apenas em renúncia fiscal, os chamados gastos tributários, são R\$ 284,8 bilhões estimados no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017, o equivalente a 19,7% do total de arrecadação projetado pela Receita Federal. A principal renúncia, de quase R\$ 83 bilhões, é referente ao Simples Nacional, uma política tributária diferenciada cuja eficácia já foi contestada pelo especialista em contas públicas Mansueto de Almeida, hoje secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Na opinião do professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio)

Linneu de Albuquerque Mello, a renúncia fiscal é utilizada como política econômica em vários países. “Certas decisões fazem sentido em algum momento, como a Zona Franca de Manaus, criada para desenvolver uma parte do país para onde ninguém queria ir. Hoje, não faz mais. Um setor ou outro é escolhido para ser beneficiado, mas não se faz um estudo que prove o resultado efetivo ou se ele já foi alcançado”, alertou. O gasto tributário estimado este ano com a Zona Franca é de R\$ 25,6 bilhões.

Para o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, um dos maiores problemas do país é a sonegação. “Só no âmbito federal são R\$ 350 bilhões de sonegação por ano, montante que chega a R\$ 500 bilhões se incluídos estados e municípios”, afirmou. “O governo escolheu o servidor público para arrochar, atrás de uma economia de R\$ 3 bilhões, R\$ 4 bilhões. No entanto, anistiou R\$ 10 bilhões do Funrural das grandes empresas do agronegócio, dívidas previdenciárias de grupos como a JBS”, acusou.

Alvaro Lucchiezi Jr., gerente de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), explicou que a dívida ativa da União, que são todas as irregularidades autuadas, mas sob recurso dos





contribuintes, é de R\$ 1,65 trilhão, do qual 97% são de empresas.

Laranjas

Conforme Lucchiezi, mais da metade do valor, no entanto, é irrecuperável. “As discussões demoram porque a legislação é leniente e permite recursos em instâncias administrativa e judicial. Aí a empresa não existe mais ou tudo ocorreu em nome de laranjas”, disse. O gerente do Sindifisco ressaltou que as renúncias por meio dos Refis, programas de parcelamentos de débitos, representam R\$ 150,8 bilhões. “Os dois novos programas vão acarretar perda de R\$ 39,5 bilhões entre 2018 e 2020. E de R\$ 220,6 bilhões nos próximos 17 anos”, disse.

Isso se a Receita conseguir impedir a vontade do Congresso, assinalou Kleber Cabral, presidente da Unafisco. “O governo está refém dos deputados do Centrão, que querem um Refis mais agressivo, de R\$ 543 bilhões em oito anos, e a equipe econômica está vendida”, disse Cabral.





Perda trilionária

Sonegação, parcelamentos, isenção de juros e multas, e gastos tributários somam R\$ 2,09 trilhões

■ A dívida ativa da União chegou a **R\$ 1,654 trilhão** em abril de **2017**, sendo **R\$ 362 bilhões** de créditos previdenciários: **97%** dos devedores são pessoas jurídicas

■ Os programas de parcelamento de dívidas de empresas já realizados representam **R\$ 150,8 bilhões** em perdas de arrecadação. Outros dois estão por vir, com renúncia de **R\$ 40 bilhões** até 2020

■ As renúncias fiscais, consideradas gastos tributários pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017, somam **R\$ 284,8 bilhões**, **4,2%** do Produto Interno Bruto (PIB)

PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS



Fontes: Receita Federal e Sindifisco

Tributação sem sentido

Além de alta, a carga tributária brasileira não faz sentido do ponto de vista econômico, e o sistema de arrecadação é mal-executado. A opinião é consensual entre especialistas. A pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre) Vilma da Conceição Pinto alertou que o país tributa 15,4% do Produto Interno Bruto (PIB) sobre bens e serviços, 9,2% sobre folha de pagamento e contribuições sociais e 8,1% sobre renda e propriedade. Nos Estados Unidos, comparou, a proporção é inversa: apenas 4,4% do PIB sobre consumo e 14,8% sobre renda e propriedade.

O modelo brasileiro acaba penalizando os pobres, que pagam mais tributos, proporcionalmente. O professor Linneu de Albuquerque Mello, da FGV-Rio, assinalou que a renda tem alíquota progressiva somente até R\$ 5 mil. “Depois, todo

mundo paga igual. Assim, quem pode mais paga menos. É preciso muito mais alíquotas”, defendeu. Para Mello, a carga é muito alta para cobrir as despesas do governo, por isso provoca a evasão. “O contribuinte tem boa índole, mas, quando não consegue mais pagar, desiste. Temos que aumentar a discussão sobre a despesa”, disse.

A propriedade também é pouco tributada, ressaltou o professor da FGV/Eaesp Gustavo Fernandes. Segundo ele, dos 5.570 municípios do país, 290 nem cobram IPTU. A inadimplência beira 40% na grande maioria. “É um sistema esquizofrênico, que tributa pouco a renda e onera demais a produção e o consumo. Para tentar facilitar, o governo escolheu setores para fazer desonerações, a famosa bolsa-empresário, mas não conseguiu controlar o processo”, criticou. (SK)

Fatura exposta

Para aprovar as medidas do ajuste fiscal, governo terá que ampliar as benesses concedidas aos aliados no Congresso, que, se ressalte, estão em número cada vez menor

por Vicente Nunes /
vicentenunes.df@dabr.com.br

A pergunta que todos estão se fazendo na Esplanada dos Ministérios é quanto custará a aprovação do pacote fiscal anunciado pelo governo. As medidas — que incluem mudanças nas metas de déficit nas contas públicas deste ano e de 2018 e cortes de salários e de benefícios de servidores — nem bem chegaram ao Congresso e a gritaria está enorme. Mesmo integrantes da base aliada do presidente Michel Temer se dizem contrários às propostas. É a senha de que o Palácio do Planalto terá que abrir os cofres e vagas na administração federal para aplacar os ânimos. Ontem, assessores presidenciais admitiram que pelo menos 40 deputados serão contemplados com vagas para apadrinhados nos segundo e terceiro escalões do governo.

Os favores que serão exigidos por deputados e senadores têm muito a ver com a fragilidade de Temer. Como o presidente está ameaçado por novas denúncias da Procuradoria-Geral da República, terá que ceder além dos limites para manter o cargo. Ainda assim, não há garantia de vitória. A cada dia que passa, o apoio ao governo fica mais caro, sobretudo porque a base aliada está minguando, distanciando-se da supremacia que o peemedebista dizia ter no Congresso. Agora, cada voto vale ouro.

O Palácio do Planalto, porém, já se preparou para a batalha. O argumento principal para convencer deputados e senadores de que o aumento dos déficits públicos deste ano e de 2018 para R\$ 159 bilhões é vital será o de que o governo abrirá uma folga no Orçamento para mais gastos, inclusive para emendas parlamentares. A previsão é de que sejam desbloqueados entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão extra para atender projetos listados pelos aliados em suas bases eleitorais. Somente para derrubar a denúncia de corrupção passiva na Câmara, Temer liberou quase R\$ 6 bilhões em emendas.

Essa fatura acabou inflando o rombo das contas públicas.

Condescendência

Mesmo entre integrantes da equipe econômica, que deveriam estar exalando otimismo, o reconhecimento é de que o governo está numa situação muito desconfortável para cantar vitória. Se conseguir aprovar as mudanças nas metas fiscais, já será uma vitória e tanto. Os técnicos ressaltam que o corte de salários e de benefícios de servidores exigirá muita habilidade política do Planalto, devido à força que as corporações têm dentro do Congresso. Foram essas mesmas corporações que criaram uma grande campanha contra a reforma da Previdência, levando Temer a uma série de recuos.

É importante ressaltar que, por medo de enfrentar uma paralisia da máquina pública no início de seu mandato, o presidente acabou sancionando uma série de reajustes salariais a várias carreiras da elite do funcionalismo. É justamente uma parte dos aumentos que o governo, agora, quer adiar de 2018 para 2019. A mobilização contra essa proposta começou antes mesmo de





a equipe econômica oficializar o congelamento dos salários. Manifestações e greves estão sendo articuladas. A tendência é de a Esplanada ser tomada por protestos. Certamente, o Congresso não ficará alheio a isso.

O ideal, dizem técnicos, é que o governo não recue em nenhum ponto do pacote. Se abrir precedentes, enterrará rapidamente o corte de despesas que está sendo dado como satisfação à sociedade para justificar rombos maiores nas contas públicas. Pelo histórico de Temer, porém, tudo é possível. Basta um grupo falar mais alto para que ele volte atrás. Se isso

ocorrer, que ninguém se espante se parte da equipe econômica, sobretudo a da Fazenda, pedir para sair. O descontentamento com as recentes concessões feitas pelo presidente incomodaram muito os técnicos.

“Somos profissionais e temos a intenção de levar nosso trabalho até o fim. Mas isso não implica aceitar a excessiva condescendência do Planalto. Foi justamente a postura leniente em vários momentos que agravou o quadro fiscal”, afirma um técnico. Temer, portanto, deve ficar esperto. Se a equipe econômica rachar, só restará a ruína do governo.